



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXIX — Nº 072

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 20 DE JUNHO DE 1984

CONGRESSO NACIONAL

PARECER Nº 49, DE 1984 — CN

Da Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 1984, que “aumenta o parágrafo 6º ao art. 15 da Constituição”.

Relator: Senador Martins Filho

Subscrita em primeiro lugar pelo Deputado Domingos Juvenil e apoiada por 23 Senadores e 168 Deputados, atendendo, preliminarmente, aos pressupostos do art. 47 e seus parágrafos da Constituição, a Proposta sob nosso exame acrescenta ao art. 15 da Lei Maior o seguinte:

“ 6º As Câmaras Municipais são os órgãos legislativos dos Municípios.”

Lembra o ilustre Autor, em sua justificação, que as Constituições do Amazonas, do Pará, do Rio de Janeiro e do Paraná dispõem expressamente, que as Câmaras Municipais exercem o Poder Legislativo dos Municípios,

reconhecendo, porém, que a matéria é controvertida na doutrina e na jurisprudência, dificultando esse entendimento contrário “a tramitação de proposições que visam à extensão aos vereadores das garantias previstas no art. 32 da Constituição Federal”.

Na verdade, até o Supremo Tribunal Federal já declarou, em aresto, que a Câmara Municipal é órgão apenas deliberativo. Lembra-se, a propósito, que os vereadores nem sequer votam a Lei Orgânica do Município uma Lei Complementar promulgada pelas Assembléias Estaduais. Entretanto, no Rio Grande do Sul cada Município elabora sua própria Lei Orgânica, valendo assinalar que, até hoje, ninguém imputou de inconstitucional essa capacidade dolegislativo municipal gaúcho.

O que há, na verdade, a partir desse exemplo, é uma tendência no sentido de dignificar a função do vereador, a fim de que tenha ele todos os predicamentos dos Deputados, principalmente no que tange à inviolabilidade na tribuna e às imunidades parlamentares em geral.

Advirta-se, por outro lado, que a mais importante lei, para a sobrevivência do Estado, é o Orçamento, a cha-

mada “Lei de Meios”: Pois é a Câmara Municipal quem vota o Orçamento do Município, matéria financeira do peculiar interesse da comuna.

A votação do Orçamento é uma deliberação legislativa. Conseqüentemente, ao votar a Lei de Meios do Município, o vereador está legislando. Também são leis os Códigos de Obras, os Códigos Tributários e toda a ampla normatividade elaborada e votada pelas Câmaras de Vereadores.

Diante do exposto, opinamos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 1984.

Este, o parecer.

Sala das Comissões, 14 de junho de 1984. — Deputado **Márcio Braga**, Presidente — Senador **Martins Filho**, Relator — Senador **Passos Pôrto** — Senador **João Lúcio** — Deputado **Domingos Juvenil** — Deputado **Osvaldo Melo** — Deputado **Amadeu Gera** — Senador **Hélio Gueiros** — Deputado **Jairo Magalhães** — Senador **José Lins** — Senador **Severo Gomes** — Senador **Octávio Cardoso** — Senador **José Fragelli**.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 165ª SESSÃO CONJUNTA, EM 19 DE JUNHO DE 1984

Sessão solene destinada a homenagear o Senhor Fernando Belaunde Terry, Presidente da República do Peru.

2 — ATA DA 166ª SESSÃO CONJUNTA, EM 19 DE JUNHO DE 1984

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Comunicações das Lideranças do PDS e do PMDB no Senado

De substituições de membros em comissões mistas.

2.2.2 — Discursos do Expediente

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Posição contrária dos corpos docentes e discente à privatização da Faculdade de Medicina de Jundiaí — SP.

DEPUTADO DÉLIO DOS SANTOS — Reivindicações dos docentes das Universidades Federais Autárquicas.

DEPUTADO JOSÉ CARLOS VASCONCELOS — Protesto de S. Exª contra críticas a personalidades políticas que menciona, feitas hoje em discurso pronunciado pelo Sr. Amaral Netto, na Câmara dos Deputados.

DEPUTADO DENISAR ARNEIRO — Comentários do Sr. Jeremy Morse, Presidente do Lloyds Bank a respeito da nossa dívida externa.

DEPUTADO PAULO LUSTOSA — Repelindo críticas assacadas contra personalidades que menciona.

DEPUTADO WOLNEY SIQUEIRA — Homenagem póstuma a Bernardo Sayão.

DEPUTADO JOSÉ LOURENÇO, como Líder — Manifesto dirigido à Nação pela Executiva da União

dos Vereadores do Brasil, a respeito das eleições diretas-já, e sobre a realização de consulta às bases eleitorais, em qualquer processo eleitoral.

DEPUTADO HÉLIO DUQUE, como Líder — Considerações sobre o pronunciamento feito hoje, na Câmara dos Deputados, pelo Deputado Amaral Netto, quando teceu críticas contra personalidades que menciona.

DEPUTADO PAULO MINCARONE — Aduzindo novas considerações a propósito do pronunciamento de seu antecessor na tribuna.

DEPUTADO TOMAZ COELHO — 5º aniversário de falecimento do ex-Governador Plácido Castelo.

2.2.3 — Questão de ordem

— Formulada pelo Sr. Hélio Duque e acolhida pela Presidência, atinente à inexistência de quorum para o prosseguimento da sessão.

2.3 — ENCERRAMENTO

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

RUDY MAURER

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 3.000,00

Ano Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

Ata da 165ª Sessão Conjunta, em 19 de junho de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Lomanto Junior.

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloisio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Murilo Badaró — Amaral Furlan — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — Gastão Müller — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; Nossier Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; José Lins de Albuquerque — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Jorge Arbage — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Edison Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Antonio Moraes — PMDB; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Sérgio Philomeno — PDS; Tomaz Coelho — PMDB.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Antonio Farias — PDS; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Osvaldo Coelho — PDS; Osvaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Correa — PDS; Roberto Freire — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Jose Thomaz Nono — PDS; Nelson Costa — PDS; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Elquisson Soares — PMDB; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Santana — PMDB; Francisco Benjamim — PDS; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; João Alves — PDS; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Manoel Novaes — PDS; Prisco Viana — PDS; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Virgildásio de Sena — PMDB.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Nyder Barbosa — PMDB; Stêlio Dias — PDS.

Rio de Janeiro

Amaral Netto — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Celso Peçanha — PTB; Daso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Franciso Studart — PTB; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Léo Simões — PDS; Márcio Braga — PMDB; Osmar Lertão — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sérgio Lomba — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Emílio Gallo — PDS; Emílio Haddad — PDS; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Hercúlio — PMDB; Jorge Carone — PMDB; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nylton Velloso — PDS; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Ronaldo Canedo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airtton Soares — PT; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PDS; Farabulini Júnior — PTB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Glória Júnior — PDS; Irma Passoni — PT; João Herrmann Neto — PMDB; José Camargo — PDS; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Tidei de Lima — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Maçao Tadano — PDS; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Norton Macedo — PDS; Oscar Alves — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Ivo Vanderlinde — PMDB;

Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS; Pedro Colin — PDS; Renato Viana — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaça — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Matheus Schimidt — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clark Platon — PDS; Geovani Borges — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Declaro aberta a sessão destinada a receber Sua Excelência o Senhor Fernando Belaunde Terry, Presidente da República do Peru.

Encontra-se nosso homenageado no Edifício do Congresso Nacional.

Para introduzi-lo neste plenário, designo Comissão constituída pelos Líderes dos Partidos Políticos, representados na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, e pelos Presidentes das Comissões de Relações Exteriores das duas Casas do Congresso Nacional. (Pausa.)

(Acompanhado da Comissão designada, dá entrada no plenário o Senhor Presidente Fernando Belaunde Terry, ocupando, na Mesa o lugar a Sua Excelência reservado à direita do Sr. Presidente Lomanto Junior) (Palmas)

(São executados, nas galerias, os Hinos Nacionais do Peru e do Brasil) (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Senador Hélio Gueiros, que, em nome do Senado Federal, saudará nosso ilustre visitante.

O SR. HÉLIO GUEIROS (PMDB — PA. Pronuncia o seguinte discurso) — Exmº Sr. Senador Lomanto Júnior, que preside o Congresso Nacional; Sr. Deputado Flávio Marcílio, Presidente da Câmara dos Deputados; demais membros da Mesa; Srs. Ministros de Estado; Srs. Embaixadores; autoridades componentes da comitiva presidencial que nos visita, Srs. Senadores, Srs. Deputados, minhas Senhoras, meus Senhores.

Não é justo, Exmo. Sr. Fernando Belaunde Terry, democrático e insigne Presidente da República do Peru, eleito pelo voto livre e direto do grande e heróico povo peruano, a quem, agora, honrado e privilegiado me dirijo para saudá-lo, em nome dos seus irmãos do Brasil, nesta memorável visita à sede do Congresso Brasileiro, não é justo, repito, que a altura, a largura, a profundidade do desejo ardente de cento e trinta milhões de brasileiros de expressar seu apreço e sua admiração por V. Exª e seu amor pela grande nação peruana, bem como a exaltação merecida dos feitos cívicos da gente inca e a avaliação correta da salutar presença do Estado peruano no concerto internacional, e, em especial, na comunidade sul-americana, fiquem à mercê da eventual e nem sempre adequada capacidade e sensibilidade do intérprete escalado imprópriamente para justificar a desejada homenagem, como é o caso evidente desta ocasião.

A observação não é original, porque o lamento decep-

cionado recua nos séculos para encontrar o grande Péri-

cles, indicado para proferir a saudação oficial aos heróis da Grécia Antiga, confessando na praça pública aos seus compatriotas e pequenez e indignidade do porta-voz para o cumprimento da difícil e honrosa missão que lhe fora confiada pelos gregos. A lição, porém, para não fugir à responsabilidade, mesmo quando o encargo suplanta e esmaga a capacidade do imprudentemente apontado para a missão, há de ser recolhida da desconcertante escolha divina de Moisés, que, segundo o livro do Gênesis, era tardo de língua e de comunicação, mas aceitou a terrível missão de libertar o povo hebreu do jugo do Egito dos Faraós. Porque aprendi a lição bíblica é que estou aqui na mais alta tribuna do País para falar ao mais alto representante de uma grande nação amiga.

Permita-me, Sr. Presidente Belaunde Terry, que, confiado nela e abusando da reconhecida compaixão de V. Exª, refletida publicamente de muitas maneiras, inclusive na incapacidade de reprimir lágrimas em instantes de emoção ao longo da trepidante e desgastante rotina de governante, eu arranhe, também, o recomendadamente seco e impessoal modelo protocolar de uma saudação oficial solene, para, insolitamente, invocar meus tempos de criança na cidade de Belém do Pará, cujas proximidades o gigantesco e indomado rio Amazonas, nascido nos altiplanos do Peru, escolheu para desaguar suas águas no oceano, depois de entregar à lendária região de 5.594.000km² o seu meio natural de integração.

Por uma atração até agora inexplicada e injustificada ao longo de toda a minha vida, eu me sentia permanentemente tentado a ler a página de marés e de navegação dos jornais, e lá, aprimorando o meu be-a-bá, tomava conhecimento da existência de uma linha regular de navegação entre minha cidade e a cidade de Iquitos, cumprida por navios pertencentes a uma empresa sediada na capital do Pará, por sinal linha mantida ininterruptamente até hoje, o que é fato muito raro na comparação de fatos e situações dos meus tempos de começo e de ocaso de vida. O Peru passou, assim, a ser logo um País íntimo de minha existência e, em meio aos devaneios de crianças, desejoso de conhecer outros e novos mundos, a cidade peruana me parecia a opção mais fácil para a materialização do sonho, porque, na minha avaliação romântica, os 3 mil quilômetros que nos separavam não passavam de curta distância, muito simples de ultrapassar.

Mas os tempos passaram, meus senhores e minhas senhoras, e os fatos estão a comprovar que o Peru, de fato, está tão perto do Brasil, por grandes e muitos motivos, tanto que o garoto de ontem, sem sair de casa, fala frente a frente com o Presidente da grande nação.

É possível que a rememoração de fato ligado à prodigiosa região amazônica tenha sido um ato falho do orador para tocar talvez na parte mais sensível do coração e da mente do povo peruano e, muito especialmente, de V. Exª Sem necessidade de apelos à comparação e avaliação de outros dedicados governantes que fazem da região amazônica — da qual seus países são condôminos também objeto de amor e de trabalho, pode-se afirmar que nenhum mais profundo conhecedor de seus problemas, nem apaixonado permanente pelos seus desafios estimulantes, nem crente consciente nas portentosas possibilidades da imensa área do que V. Exª

E há uma faceta destacável, ostensiva e generosa da ação e preocupação de seu Governo. Há a vontade firme e o interesse insuperado de aticar e desenvolver a grande potencialidade da Amazônia Peruana, mas há, também, a preocupação constante pela cooperação recíproca com outras nações no sentido de redimir a área como um todo.

Sob o seu governo, o Peru, adotando a sua premissa de que “a conquista da Amazônia é essencial conquista do Peru pelos peruanos”, retomou a implementação de programas de infra-estrutura e expansão da fronteira

agrária, gerando, ao mesmo tempo, um debate amplo sobre a decisiva contribuição da região amazônica peruana ao desenvolvimento nacional, com a Selva surgindo como fronteira demográfica capaz de absorver os excedentes populacionais rurais e urbanos. Tal como a brasileira, a sua Amazônia se apresenta como uma região simdespovoadada, com densidade populacional sete vezes menor a da Serra e vinte e uma vezes menor que a da Costa. Mas, através da implantação dos chamados Projetos Especiais, como o de Jaen San Ignacio, na Selva Alta; como o de Huallaga Central e Bajo Mayo, em San Martín, como o Projeto Integral de Desenvolvimento Huallaga Central, complementação de programas e projetos executados dentro do Projeto Especial de Huallaga; como o Projeto Especial do Alto Mayo e do Alto Hallaga, isso sem falar no projeto de Pichis Palcazu, no de Oxapampa, no de Satipo Chanchamayo, no Madre di Dios e, notadamente, na ação desenvolvimentista em Loreto, que é o maior Departamento do Peru, ocupando parte da bacia amazônica, limitando-se com Equador, Colômbia e Brasil, representando inclusive 42% da área fronteiriça de seu país, o governo de V. Exª promove a ampliação da fronteira agrícola através da incorporação de novas terras e recursos naturais à economia nacional, estabelece, por igual, a ocupação racional da região amazônica mediante a orientação de fluxos migratórios, procura elevar o nível de emprego e de renda da população regional, toma medidas para conservação dos recursos naturais renováveis e manutenção do equilíbrio do ecossistema amazônico, além de integrar a região amazônica peruana com o resto do país, através da necessária e mesmo imprescindível Carretera Marginal de la Sierra.

Se se faz a menção, talvez exagerada, talvez desnecessária, do esforço notável do governo do Peru com os objetivos expostos é para se dizer que, no momento em que esse grande país levanta os olhos para enxergar além de suas fronteiras, apresentando-se como parceiro para a cooperação internacional, traz consigo, exibe uma bagagem e uma experiência que podem e devem ser permutadas com outros povos, especialmente com os integrantes da Bacia Amazônica, à frente dos quais o Brasil que partilha com o Peru a área maior da Amazônia, onde todos os eventuais problemas fronteiriços foram resolvidos pelos meios pacíficos e diplomáticos. Já antes da vigência do Pacto Amazônico — marco decisivo no processo de integração e desenvolvimento de toda a área — o Brasil e o Peru mantinham em vigor convênio comercial, acordo básico de cooperação científica e técnica, acordo para conservação da flora e da fauna dos territórios amazônicos, acordo sanitário para o meio tropical. Com a assinatura e vigência do Pacto Amazônico, a cooperação se intensificou, mas não ficou restrita apenas aos interesses comuns na bacia amazônica, ampliando-se para alcançar outros objetivos no âmbito das relações Norte-Sul, no contexto do Pacto Andino, na exploração dos recursos da Antártida, na fixação internacional dos direitos do mar como se verificou ante os resultados da visita do Presidente João Figueiredo ao Peru em 1981, visita de tão extraordinário frutos que V. Exª, ao fim dela, fez o comentário eloquente:

“Passamos do campo da contemplação à ação.

E prosseguiu.

“As relações internacionais muitas vezes têm sido contemplativa. Os países se saúdam, se admiram, se transformam em amigos mútuos, mas não chegam a objetivos comuns com muita frequência. E os nossos acordos foram frutos de propósitos comuns.”

Não se deve ter dúvida de que o mesmo sucesso e o mesmo clima de fraternidade que caracterizaram a visita do nosso Presidente ao Peru não também de marcar e singularizar a honra de sua presença agora no Brasil,

tanto mais quanto o povo peruano e o povo brasileiro sabem, como Marlitt, que tão-somente na amizade entre os povos existe a paz, mas, por igual, estamos atualizados pela admoestação do Papa Paulo VI, para quem o desenvolvimento é o novo nome da paz.

Sr. Presidente Belaunde Terry, no curso do programa de sua visita ao Brasil, este é o momento de seu contacto com a classe eminentemente política do País. Por isso, **last but not least**, se impõe o destaque à marcha e ao estágio do processo de redemocratização de seu País, emergindo — com a votação de uma Constituição por uma Assembléia eleita pelo povo e com a sua posse na Presidência da República, para onde foi guindado também pelo voto direto do povo peruano emergindo, repete-se de um período desagradável de restrições e de limitações, com a evolução do processo comprovando, mais uma vez, a irreversível e irresistível vocação democrática do Peru a a devotada competência e abnegação com que V. Exª dirige a custosa readaptação da vida pública aos usos e costumes da democracia plena. Ainda no começo deste ano, em meio a sérias dificuldades de ordem pública e política no seu país, com o recrudescimento de ações subversivas que poderiam arrefecer o ânimo e a determinação na manutenção irrepreensível das garantias democráticas, V. Exª, embora admitindo a seriedade e dramaticidade da situação, dizia que “para solucionar os problemas do meu país, só há uma fórmula: a democracia”, acrescentando que “é um processo difícil, mas viável, a única solução para todas as nossas dificuldades.”

O Congresso Nacional do Brasil saúda a sua fidelidade e o seu bom combate pelos ideais democráticos, estendendo seu louvor a todo o povo peruano, participante e solidário nessa luta decisiva. Talvez que o Peru e o Brasil possam ensinar um ao outro quão fácil, rápido e inesperado é perder-se o regime democrático e quão penoso, difícil e demorado é o processo de sua restauração.

Junto com seu povo, V. Exª dá a lição sofrida de que não se deve desanimar nem deixar de perseverar, mesmo nos instantes de maior perplexidade. Isso tem de ser entendido e compreendido por toda América Latina, onde há setores que nem sempre aceitam como naturais e assimiláveis os movimentos de adaptação de uma fase fechada para uma fase de abertura, assustando-se, sem razão, com a eclosão de qualquer crise dentro do processo de redemocratização. Por outro lado, os povos que penaram período dilatado de arbítrio e prepotência, e dele conseguem livrar-se através da realização de eleições livres, são, muitas vezes, levados a crer que a adoção do regime democrático é como a chegada do Príncipe Encantado do Conto de Fadas, onde tudo se resolve em passe de mágica sobrenatural, e se impacientam com a demora ou o escalonamento no atendimento de suas justas reivindicações, criando situações difíceis para os governos por eles próprios escolhidos livremente.

O Peru tem convivido com essa situação e está sobrepujando os percalços dessa caminhada para a solidificação da democracia, mantendo-a intocada, a despeito da dívida externa, da inflação, da ação das guerrilhas e até da inédua convivência com marxistas a nível de poder, o que seriam espantinhos insuperáveis para algumas democracias em nosso continente, inclusive para deflagração do próprio processo de implantação do regime. Com determinação, paciência, compreensão e tolerância, o governo de V. Exª, com o apoio dos democratas peruanos, vai enfrentando e suplantando todos os riscos, pedras e problemas encontrados no caminho, cumprindo o seu dever. É possível, porém, que, na área da dívida externa, haja necessidade de uma ação conjunta das soberanias sul-americanas envolvidas no problema, porque, se não somos caloteiros porque queremos pagar o que realmente devemos, também não temos por que nos conformar com a volta aos tempos coloniais, quando éramos iníqua e vilmente espoliados em nossas riquezas e trabalho.

Sob esse aspecto, a presença de V. Exª no Brasil, seguida da reunião de Cartagena, poderá marcar o surgimento de uma nova Bretton Woods para as nações sul-americanas, com a adoção de um comportamento comum onde os credores internacionais, que, como dizem as Escrituras, parecem ser homens de dura cerviz, mas terão de compreender, desta ou daquela maneira, que nem as atuais nem as próximas gerações dos países devedores podem ser sacrificadas até à última gota de lágrima, de suor e de sangue para saldar uma dívida multiplicada unilateral e iniquamente pelo crescimento e acumulação de juros indecentes.

Sr. Presidente Belaunde Terry, não são os infortúnios e o problemas que unem Peru e Brasil. Mais do que eles — que são eventuais e menores — Peru e Brasil se unem pelos laços de amizade fraterna, resistente a toda a prova de divergência diplomática ou política, ao longo dos anos; pela vocação indelével para a democracia; pelo respeito ao princípio da auto-determinação dos povos, excomungando também qualquer prurido de internacionalização da Amazônia, pela ânsia de crescer, não com objetivos de hegemonia, senão visando unicamente ao bem-estar e à prosperidade de seus filhos e da Humanidade, pelo estabelecimento de uma ordem justa e aberta para a nossa sociedade; pelo amor à liberdade — Somos Livres, Sejamo-lo Sempre diz o Hino Nacional de V. Exª — e, no que depender de nós, por um mundo melhor e mais humano.

Sr. Presidente, seja bem-vindo ao Brasil e ao Congresso Nacional. E, à semelhança dos tempos de Moisés, que tinha seus braços sustentados pelo povo para implorar as bênçãos divinas com mais força e poder, eu digo a V. Exª que, neste momento, cento e trinta milhões de brasileiros seguram também os meus braços levantados para os céus, para rogar a Deus misericórdia e graça sobre V. Exª e sobre o seu grande e heróico povo peruano. Agora e para todo o sempre. Amém. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Carlos Fonseca, que falará pela Câmara dos Deputados.

O SR. JOSÉ CARLOS FONSECA (PDS — ES. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente do Congresso Nacional, Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Srs. Embaixadores, Srs. Ministros de Estado, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Srs. membros dos Tribunais Superiores, Sr. Arcebispo de Brasília, Sr. Presidente da República do Peru, Dr. Belaunde Terry,

É com especial satisfação que o Congresso Nacional acolhe a visita de V. Exª e da ilustre comitiva que o acompanha.

Se é grata e honrosa a sua presença nesta Casa, pelas tradicionais vinculações que sempre existiram entre nossos países, permitam-me as sutilezas do protocolo ver neste ato a feliz oportunidade de homenagear o estadista de amplo descortino e larga trajetória na vida americana, e na pessoa de V. Exª render vigoroso tributo de admiração ao nobre povo peruano, tão rico em virtudes cívicas e gestos generosos.

Não julgo necessário enfatizar a relevância histórica, política, social, econômica e cultural do Peru, no universo latino-americano ou um amplo cenário da comunidade internacional.

A riqueza da história peruana e a grande epopéia de sua civilização trazem a marca da liberdade e da criatividade de um povo com duas admiráveis heranças, enriquecidas com o perpassar dos séculos, e que sabe conciliar os valores do passado às avançadas conquistas do presente.

Se as alturas de Macchu Picchu, “alto arrecife de la aurora humana”, de que fala o poeta, escrevem, nas páginas dos milênios, a grandeza do Império Inca — a mais

antiga e fecunda civilização do Hemisfério — o sacrifício do mártir revolucionário indígena Tupac Amaru condensa a verdadeira vocação peruana para a liberdade, de que os triunfos de Junín e Ayacucho, com os quais foi selada a independência do Continente, constituem exemplo eloquente.

Sabemos que o Peru tem importante papel a desempenhar na realização dos grandes ideais latino-americanos de paz, segurança e desenvolvimento.

Verdadeiro celeiro de homens e idéias livres, País a um tempo andino e amazônico, dotado de rica constelação de recursos minerais, energéticos e pesqueiros, o Peru reafirma hoje a sua liderança histórica, e projeta uma imagem renovada e dinâmica, ajustando as diretrizes de seu Governo aos grandes anseios de seu povo, nestas horas agitadas e desafiantes dos dias presentes.

No plano interno, permito-me destacar os esforços de V. Ex^a para implantação de formas autênticas de convivência democrática. Dentro dessa moldura, como que compreendendo os sinais dos tempos, empenha-se o Governo peruano no sentido de dotar o País de sólidas instituições, que consagrem o sistema representativo e o pluralismo partidário.

O aprimoramento da vida política, dentro da legalidade, não constitui, entretanto, o único traço relevante obstinadamente perseguido por V. Ex^a, político que sabe reunir aos seus raros dotes pessoais a virtude da mais estreita fidelidade aos interesses coletivos.

Nesse sentido, as preocupações de caráter social nunca deserdaram o Estadista que consagra, na ordem política, o primado do direito e a vontade democrática dos cidadãos.

Sob esse enfoque, vale assinalar o trabalho parlamentar de V. Ex^a, como Deputado da Frente Democrática Nacional, com atuação marcante nos campos da habitação popular, do planejamento e do urbanismo.

Desde os albores da vida pública, sem mudar de rumos ou trocar de ideais, entregou-se à consolidação e ao aperfeiçoamento das estruturas sociais e democráticas de seu País.

Durante o primeiro período presidencial, restaurou as prerrogativas municipais, propiciou a utilização da chamada "tecnologia intermediária", desenvolveu o projeto e iniciou a construção da Rodovia Marginal da Selva, que se estenderá por toda a vertente oriental dos Andes peruanos.

Respalado pela opinião pública e aceitando o desafio geográfico no sentido de desenvolver a Amazônia e colocar suas imensas riquezas a serviço do homem, o Governo que V. Ex^a hoje preside busca, com a imaginação temperada pelo realismo, a plena integração social e econômica dessa área no contexto do País.

Assim, como o Inca Sinchi Roca — primeiro monarca do altiplano a descer da Cuzco Imperial à planície amazônica — V. Ex^a, que é considerado o mais profundo conhecedor do Peru, vem realizando em toda a Nação um amplo programa de desenvolvimento econômico, social e político, sem perder de vista, contudo, o sentido essencial dos valores humanos.

Se no âmbito interno é louvável o esforço de seu Governo, Sr. Presidente, para tornar realidades as legítimas aspirações da comunidade peruana, no plano internacional a disposição para o diálogo e o entendimento, sobretudo com os países do sistema interamericano, constitui a linha-mestra da diplomacia do Peru.

Estadista voltado para o futuro, V. Ex^a sempre propugnou as grandes teses de intercooperação dos países latino-americanos.

Ressalto, aqui, o papel desempenhado por V. Ex^a na Conferência dos Chefes de Estado, em Punta del Este, em 1967, quando defendeu maior integração do Continente, para melhor desenvolvimento regional.

Julgo relevante destacar, ainda, a atual posição de seu Governo no diálogo Norte-Sul, que, abraçada igualmente pelo Brasil e outras nações do Hemisfério, consolida uma unidade básica no que diz respeito a duas questões sobre as quais nossos países não podem transigir ou tergiversar: a soberania e o desenvolvimento.

Compreendendo, como o Brasil, que os atuais males da economia mundial não são da responsabilidade dos países em desenvolvimento — embora sirvam de pretexto para a imposição de novos tipos de sacrifício ao seu progresso social e econômico — V. Ex^a também encaminhou aos dirigentes dos sete países mais desenvolvidos documento com um justo e criterioso quadro da situação por que passam os povos latino-americanos, premidos pela alta desenfreada dos juros internacionais, pelo protecionismo comercial, pelos crescentes óbices à transferência de tecnologias avançadas.

O documento, de cujos desdobramentos não temos ainda perspectivas para uma avaliação adequada, constitui fato novo — e alentador — no âmbito da política externa do Continente, e revela uma nova tomada de consciência sobre os desafios fundamentais da hora em que vivemos.

De qualquer forma, parece-nos auspiciosa, como novo impulso à solidariedade continental, a reunião a realizar-se, nos próximos dias, em Cartagena, na Colômbia, para exame em conjunto, da inquietante situação econômica da América Latina, frente a seus credores internacionais e para uma eventual busca de unidade em nossas posições.

Com o Brasil, a extensão da fronteira comum, a relevância dos interesses regionais que compartilhamos, a coincidência em tantas posições nos foros internacionais, multiplicam, efetivamente, em nossas Nações, os canais de uma cooperação mais dinâmica, que se fortifica no respeito mútuo e no exercício constante do diálogo construtivo e da solidariedade.

A abrangência e a profundidade dos laços que nos unem e que remontam ao período colonial expandem-se hoje e ganham novas dimensões, merecendo destaque os múltiplos projetos e iniciativas que se realizam sob a égide do Pacto Amazônico.

O componente amazônico constitui, sem dúvida, como afirmou o Presidente João Figueiredo, o cenário por excelência da amizade entre as duas pátrias.

Na busca de soluções conjuntas para os problemas da região, revelam-se de inquestionável magnitude os temas que conformam a cooperação bilateral na área.

Ainda recentemente, reuniu-se a Comissão Mista Peruano-Brasileira de Cooperação Amazônica, criada pelo Tratado de Amizade e Cooperação, de 1979, para analisar os projetos e programas de interesse mútuo, que ingressam em etapa de realizações concretas, nos setores de navegação e transporte fluvial, comércio e desenvolvimento regional, interconexão rodoviária, comunicações e trânsito de pessoas, saúde, preservação ambiental, cooperação técnica e científico-tecnológica.

Considerando, como queria o notável jurista Alberto Ulloa, que esse espaço constitui "o eixo da convivência peruano-brasileira, região na qual as nossas pátrias se dão as mãos", as iniciativas conjuntas dos dois países na Amazônia não se esgotam no âmbito do presente, mas dão às relações bilaterais a profundidade e a dimensão de uma verdadeira aliança.

Não constituem tais iniciativas fatos ocasionais, mas integram um processo natural e maduro de entendimento e cooperação, que tem a vocação da permanência e da grandeza.

Sabemos, Sr. Presidente, que a obra de solidariedade e integração a que nos dedicamos, e que se apóia nas melhores tradições do espírito americano, é, por sua natureza, tarefa ampla e generosa, que reflete de forma harmoniosa os interesses de nossas comunidades na perspectiva de uma fraternidade continuamente enriquecida.

De nossa parte, não queremos que se esgotem os dias de V. Ex^a entre nós sem que sinta plenamente nossa vontade firme de um trabalho comum, aperfeiçoando a parceria de entendimentos e reunindo esforços, sob o signo da amizade, para ampla cooperação horizontal, em que se ampliem e consolidem os propósitos comuns de desenvolvimento.

O mundo que se desenha no futuro impõe-nos esta aproximação.

Estamos convencidos de que a presença de V. Ex^a no Brasil muito contribuirá para o aprofundamento desse diálogo aberto, franco e cordial, e para o aprimoramento de nossas relações políticas, econômicas e culturais.

Nesta visita, por tantos títulos grata e honrosa, queremos reafirmar ao ilustre Presidente que o Brasil tem consciência de seus deveres no processo de integração regional, e sabe que nosso destino está indissolivelmente unido ao das demais nações do Continente.

Reconhecemos e valorizamos o papel do Peru no desafio da prosperidade, e acreditamos que a viagem de V. Ex^a traz o otimismo de uma política coerente de entendimento fraterno, com a tônica dos valores espirituais e morais que nos são igualmente caros.

O Poder Legislativo do Brasil, que tem em V. Ex^a um estadista de grande porte e um dos mais eminentes líderes democráticos do Continente, vê nesta visita um dos seus momentos mais significativos.

Assim, ao apresentar a V. Ex^a e à nobre comitiva as saudações de boas-vindas, reafirmamos a nossa profunda amizade ao povo do Peru, inabalável crença nos frutos dessa fraternidade, a indiscutível confiança nos mútuos anseios de liberdade, e a certeza inquebrantável, tão vasta quanto os Andes, de que nossos povos hão de construir aqui, no continente latino-americano, uma das mais portentosas civilizações no século que se aproxima. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — O nobre Deputado Flávio Marcílio, Presidente da Câmara dos Deputados, procederá à leitura de Resolução da Ordem do Congresso Nacional.

O SR. FLÁVIO MARCÍLIO — Ordem do Congresso Nacional. Ata de Nomeação nº 4, de 1984. De acordo com o art. 1º do Regimento Interno da Ordem do Congresso Nacional, criado pelo Decreto-Legislativo nº 70, de 23 de novembro de 1972, é nomeado membro da Ordem e agraciado com o Grande Colar o digníssimo Presidente da República do Peru, Sr. Fernando Belaúnde Terry. Brasília 19 de junho de 1984. Pelo Grande Mestre, Senador Moacyr Dalla, assinam Antônio Lomanto Júnior, Flávio Marcílio, Chanceler da Ordem. (Palmas.)

(O Presidente Lomanto Júnior procede à condecoração do Senhor Presidente Fernando Belaúnde Terry) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Cabe-me a honra de conceder a palavra ao Exmº Sr. Presidente Fernando Belaúnde Terry. (Palmas.)

O SR. BELAÚNDE TERRY — Exmº Sr. Presidente do Congresso Nacional; Exmº Sr. Presidente da Câmara dos Deputados; Excelência. A vida pública tem, como bem sabemos, muitos dissabores e algumas grandes compensações. Ontem, um pôr-do-sol na Praça dos Três Poderes, em Brasília; hoje, um amanhecer no Palácio da Alvorada, finalmente, agora, perto do meio-dia, esta comenda, que se vem a constituir em um testemunho não mais dos meus escassos méritos, mas da cálida amizade do Brasil por minha pátria, e especialmente de sua instituição tutelar — o Congresso.

Agradeço profundamente esta dupla honra, que enaltece a minha pátria e que me emociona. Agradeço a oportunidade de poder dirigir-me aos Srs. Senadores e Deputados neste recinto de leis, num momento delicado

para o mundo, no qual, pelo seu vigor, pelo seu significado histórico, por sua presença geográfica, corresponde ao Brasil uma das responsabilidades maiores e completas.

Por isso, julgo oportuno este encontro, esta visita a esta formosa Capital, que tanto conhecíamos por livros e pelos planos e que agora temos a satisfação de vê-la viva, não somente como ontem, em sua estrutura física, mas também com as palpitações da alma brasileira.

Este é um momento de enorme preocupação para o mundo, mas no meio de tudo isso se incorre em certos exageros: fala-se muito do que devemos, mas não do que podemos. Há uma tendência de valorizar os vencimentos, mas não a realidade do esforço, não o impulso para ressaltar as riquezas, não só em nosso próprio benefício, mas também em benefício da humanidade, em sua maior parte faminta e esperançosa neste novo mundo.

O Brasil é admirável pelo que fez e pelo que se propõe a fazer. Suas obrigações creditícias ou financeiras, por maiores que pareçam, são, na realidade, insignificantes frente ao destino que está cumprindo e que ainda lhe está reservado.

Basta chegar a este país, basta sobrevoar seus extensos domínios, basta chegar a esta Capital pujante para dar-se conta de que este país não pode estar em crise, porque é um país que tem muito a oferecer e que quer oferecê-lo para a humanidade. (Palmas.)

O Peru vem a Brasília com a satisfação de poder dizer que atendeu a seus próprios e peremptórios problemas, mas sem desvincular-se do futuro, porque ainda que este futuro esteja próximo, e a responsabilidade governamental estará em outras mãos, não podemos nos distanciar do que vai ocorrer quando concluirmos nossa missão governamental.

Além disso, da cadeira presidencial, de acordo com a Constituição, baixaremos para a curul de Senador, o que criará, com os representantes do Brasil, uma ligação permanente, o que para mim será gratíssimo e, sobretudo, honrosíssimo.

Este futuro pede a conjugação de vontades, a união dos nossos governos, e me apraz poder dizer que encontrei uma acolhida tão fraternal e compreensiva no Presidente Figueiredo, porque ele compartilha deste ponto de vista e creio que me permitirá que dê uma versão muito pessoal do que escutei dos seus lábios: a de que os países têm que enfrentar e resolver seus próprios problemas, mas sem esquecer, no caso latino-americano, que formam parte de uma grande família.

Evidentemente, chegou a hora de reunir o conselho desta grande família, e neste sentido o primeiro passo é, sem dúvida alguma, a reunião em Cartagena, convocada por quatro mandatários, entre eles o Presidente do Brasil, para esboçar um programa de ação imediata. Desde logo, não vai haver nenhum caráter excludente, vão reunir-se várias nações além das nações promotoras do encontro, e, evidentemente, vai-se chegar, sem dúvida, a um âmbito maior, sem nenhuma exclusão, onde o futuro dos nossos povos possa ser colocado não em atitudes arrogantes ou em atitudes de protesto, mas em atitude visionária, para pôr nossos países em condições de dar de si tudo o que pode, em seu próprio benefício e em benefício da humanidade.

Vamos, pois, acorrer ao encontro de Cartagena. E o Primeiro-Ministro e Ministro de Relações Exteriores, Senador Sandro Mariate, que me acompanha, vai passar de Brasília a Cartagena, para cumprir esta missão onde, estou seguro, as colocações peruanas vão coincidir plenamente com as desta grande Nação irmã que é o Brasil.

Mas pensando em um futuro mais distante, na solução definitiva, na valorização de nossos recursos, temos que elogiar, em primeiro lugar, o que o Brasil já fez: a titânica tarefa de tomar posse de seu próprio território.

Nós, na região andina, seguimos este esforço com grande interesse e com um espírito de fraternidade e de

admiração. Nós mesmos, há 20 anos, propusemos às nações que hoje constituem o Acordo de Cartagena, que nos reuníssemos para fazer uma obra comum na tomada de posição plena da vertente oriental dos Andes, onde, em todos os países, existiam colonizações abnegadas, pioneiros, missionários e soldados, mas onde as riquezas não estavam — e ainda não estão — plenamente exploradas em benefício de todos.

Por isso reuniram-se os Ministros de Obras Públicas e esboçaram o plano que chamamos de “A Estrada Marginal da Selva”, cujo objetivo principal é criar um habitat que ofereça um futuro melhor às nossas povoações e que cumpra aquele lema do nosso próprio movimento, isto é, que “a cada novo clamor de vida humana corresponda na terra um novo broto de vida vegetal”.

Desde a época dos Incas, sabemos o que significa o problema de abastecimento. Eles tinham uma intuição da inquietação de Malthus, e tiveram que esboçar esta teoria de abastecimento decrescente — decrescente se mantemos estáticas nossas áreas de cultivo, enquanto se multiplica, por explosão demográfica, a população.

Não podemos desaproveitar a terra. O Peru é um país de muito espaço, mas de pouca terra cultivada. A costa foi comparada a uma espécie de pequenos egíptios, muito árida, com falta de água, como ocorre aqui, dramaticamente, no Nordeste brasileiro. Talvez este duplo esforço do Brasil e do Peru possa apressar, com uma aproximação e uma coordenação maior. Mas assim como falta água na costa, sobra na vertente oriental dos Andes, onde correm as águas batismas do Amazonas. Ali, a água existe, mas o colono, por falta de viabilidade, não a aproveita plenamente. Por isso o projeto da Marginal da Selva, que pretende incorporar aquele grande arco de círculo, que se tem chamado Anfiteatro Andino, tem a mesma magnitude — ainda que distintas características — do grandioso projeto brasileiro da Transamazônica, das vias suplementares e perimetrais, que são vias que se abrem, fundamentalmente, na planície, em terras baixas.

Na realidade, essas duas regiões — a andina e a amazônica — têm esta característica, que nos permite compará-las a um teatro ou com este recinto: a planície amazônica, na platéia, a maior parte sob domínio brasileiro; e as galerias, os balcões, no pé do monte andino, no anfiteatro que, por sua altitude, compensa a latitude; que por sua altitude oferece um clima já de rigor tropical, já não de planície amazônica, mas um clima tão ameno, um clima tão agradável como o que desfrutamos em Brasília, a mil metros de altitude.

Se fizermos uma curva de nível desde a Cordilheira de Barinas, na Venezuela, passamos pelos Andes na Colômbia, no Equador, na Bolívia, até Santa Cruz, encontraremos lugares ecologicamente similares a Brasília, com um clima muito bom, com uma paisagem muito bonita e um excelente habitat humano. Mas, além disso, há uma característica que é fundamental em nosso tempo: é a região mais bem — dotada em energia, talvez em todo o mundo — petróleo em Maracaibo, na bifurcação final do sistema andino; petróleo no Orenoco; na planície colombiana, o mar recém-descoberto; em Saravena, perto de Arauca, é muito alentador; petróleo no Equador, no Lago Ágrio; e no Peru, no rio Tigre; correntes em Ucayali; gás na cabeceira do Urubamba, o Vale Sagrado dos Incas, até culminar no grande centro de gás boliviano de Santa Cruz de la Sierra.

A isto há que se acrescentar um elemento fundamental, elemento que interessa de maneira especial ao Brasil, que pelo seu próprio esforço e pela sua própria habilidade, se converteu em país líder da eletrificação: o Amazonas nasce, como bem sabemos, no cume dos Andes. Ali está a sua pia batismal, o maior dos rios, que tem sua origem nas alturas e suas águas rompem as cordilheiras para passar à planície amazônica. Cada corredeira, cada passagem estreita e perigosa do rio, seja a do Aguirre, seja a de Mainique ou a de Manseriche, representa dois ou três milhões de kilowatts desaproveitados. Não há lugar,

no anfiteatro andino, onde não se possa instalar uma hidrelétrica, grande ou pequena. No caso do Peru, nossa energia instalada talvez seja uma décima parte da do Brasil, talvez menos, quem sabe uns 8% do que tem instalado o Brasil, mas podemos multiplicar por cinquenta a quantidade de energia a ser gerada. Há três milhões e trezentos mil kilowatts instalados, mas há sessenta milhões de estudos de factibilidade para energia hidrelétrica a gerar-se, em sua maior parte no anfiteatro andino. E isso só no Peru, para não falar na situação similar do Equador, da Bolívia, da Colômbia e talvez também da Venezuela.

Este futuro energético — diria melhor, esta realidade energética — com um horizonte elétrico, significa um campo de colaboração excepcional com o Brasil, porque o Brasil se colocou em uma posição de liderança, não só por estarem aqui obras tão monumentais, ainda que difíceis e sempre sujeitas a discussões e críticas, como Itaipu e Tucuruí, senão porque o aumento da geração de energia foi realmente arrojado nos últimos anos, e porque nossas populações, especialmente os camponeses, reclamam, cada dia com mais insistência, a eletrificação rural, única maneira de poder cumprir a grandiosa tarefa de alimentar a seus povos e de contribuir para a nutrição mundial.

Estamos empenhados em ver o desenvolvimento deste continente sobre um mapa físico, não sobre um mapa estritamente político, porque a planificação continental não é a soma das planificações nacionais, há um enfoque continental, do qual devem derivar-se todos os planos mestres. É por isso que nos interessa fundamentalmente a rede fluvial, que é tão imensa, não só a que é navegável por navios de grande tonelagem — o que é muito apreciado —, mas também o que é explorável por embarcações menores.

Recentemente, no Peru, chegamos, por estrada, a dois pontos, dois portos fluviais que significam para nosso País incorporar um vale tão grande como o Vale do Danúbio, porque ao chegar a esses portos fluviais por canoas e embarcações menores, tem-se acesso a uma série de afluentes, que somados dão os três mil quilômetros que tem o Danúbio, rio vivificante de seis nações europeias, e a uma distância que é a mesma que cobre, a voo de pássaro, Brasil a Lima.

É incrível o que se pode conseguir pela via colonizadora, como se podem estender-se as áreas agrícolas e como se pode cumprir melhor a grande tarefa de contribuir para a nutrição nacional e, talvez, no futuro, e em maior medida, a internacional. Por isto, tenho em minha mesa de trabalho os planos de desenvolvimento do Brasil junto aos do Peru, porque nossas viabilidades têm de estar entrelaçadas e coordenadas.

Recordemos nossas relações passadas: elas se concentravam quase todas no Amazonas, no acesso fluvial, em um ponto extremo do Peru. Agora, já conseguimos, ainda que precariamente, provisoriamente, uma ligação de vias de um dos ramos da Transamazônica, entre Assis e Inapari, para chegar a Madre de Deus, e daí à velha capital imperial de Cuzco. Hoje, já temos essa união, é possível unir a mais moderna e recente capital — a do Brasil — com a nossa capital da região andina — Cuzco. Mas isso ainda é de certa maneira acrobático, é uma tarefa para viajantes um pouco aventureiros, como eu, mas o caminho está aberto e nossos dois países resolvidos a aperfeiçoá-lo e completá-lo.

Mas esta união com o sul do Peru, que vem a equilibrar a união natural do Amazonas no norte, não deve ser a única. Entre nosso porto fluvial de Puculpa, no rio Ucayali — rio mais ou menos como o Madeira, que ontem estava vendo em Porto Velho, mais ou menos dessas características — e Cruzeiro do Sul, há apenas 250 quilômetros, correspondendo a trechos mais ou menos iguais ao Brasil e ao Peru. O que são, para um sistema viário que tem cinco ou seis mil quilômetros, 200 adicionais?

Isso permitirá uma ligação central com o Peru, quer dizer, o magno esforço horizontal do Brasil, através da planície amazônica, que se liga com o enorme esforço vertical do Peru, para vencer não uma, mas quatro cordilheiras paralelas, para vencer esta cordilheira com vias que a cruzam a 4.800 metros, no centro do País.

Isso sugere que se faça outra ligação, para utilizar a passagem de Porculla, que é a passagem mais baixa da cordilheira, no Peru, no norte, perto do Porto de Paita, a uma altura de 2.144 metros, isto é, um percurso muito mais fácil, sobretudo na órbita comercial, onde é muito importante não ter que vencer grandes alturas. E aí haveria uma grande diagonal entre um porto peruano e um porto brasileiro: entre Paita e Santos.

Não estamos falando, é claro, em vias pelas quais se vá fazer um trajeto turístico; estamos falando em estradas que vão ter, sobretudo nas fronteiras, uma concentração muito frutífera.

As povoações brasileiras, tão esforçadas, como Cruzeiro, Porto Velho e Rio Branco, podem receber muito do Pacífico, porque os grandes centros de desenvolvimento da Bolívia e do Peru estão muito perto, enquanto que o Brasil industrial, nas proximidades de Belo Horizonte e de São Paulo, é um Brasil um pouco distante. Por outro lado, estamos desejosos de receber não só uma transferência de tecnologia brasileira, já aperfeiçoada, mas também uma série de produtos manufaturados, que são escassos nas proximidades de nossas fronteiras.

Assim, apresenta-se uma brilhante oportunidade para que este cruzamento do caminho da planície amazônica, que é a Transamazônica, se efetue com a Marginal da Selva, em Tingo Maria, e com a Estrada Pan-Americana, em Lima.

E todo esse sistema — o colonizador e o de comunicação — deve chegar ao maior número de portos fluviais, para somar à obra do homem, na viação que é tão custosa e difícil, a obra de Deus, no transporte aquático, que é quase ilimitado.

É chegada, pois, a hora em que essas aproximações já não sejam de ordem protocolar ou de uma família distanciada, que eventualmente se reúne em algum dos solares; é o momento de sentarmos para trabalhar coordenadamente.

Por isso escutei com especial satisfação e gratidão tanto o brilhante discurso do Senador Hélio Gueiros, quanto o do Deputado José Carlos Fonseca. Ambos me honraram não só pela suas concepções gerais, mas também por terem tido a gentileza de penetrar em alguns esforços concretos que realizamos no meu país.

Por isso, minha visita a Brasília não é a simples satisfação do irmão ou o gozo do arquiteto; é, sobretudo, uma visita de trabalho e de coordenação. É neste sentido que ontem sustentamos uma longa e frutífera conversação com o eminente Presidente do Brasil, João Figueiredo, na qual encontramos muitíssimas coincidências.

Permitam-me concluir com um elogio que não posso deixar de fazer, porque é o elogio do compatriota da América e do amigo: com que satisfação e com que orgulho latino-americano vimos, os peruanos, que o Brasil, em pleno Século XX, escreve, mais uma vez, seu nome nas páginas da história da cultura. Isso não é nada novo para nós, porque o esforço realizado em outras épocas, como o da arte de Ouro Preto — aquele barroco era brasileiro, não era um barroco que se pudesse confundir com outro — já conhecíamos. Apesar de ter um denominador comum, de caráter artístico, ele serviu para uma expressão muito peculiar, na qual o Brasil se identificou tão brilhantemente. Agora a história se repete aqui em Brasília: com críticas ou sem elas, com elogios desmesurados ou moderados, ninguém pode negar que este grande ato de audácia, de valor e de talento deixou profundas raízes não só no Brasil, mas em todo o continente.

Não há que se limitar a admirar suas formas, de se delectar com seus acertos artísticos, com o esbanjamento de imaginação; há que ver, sobretudo, a missão cumprida. A América escutou a mensagem: era necessário volver os olhos para o coração do continente, porque embora eu respeite a natureza e deseje a sua conservação, não compartilho da idéia daqueles que crêem que a Amazônia deve ser somente um pulmão do Hemisfério e do mundo, mas penso que a Amazônia deve ser — e é — o coração de um continente. (Palmas prolongadas.)

Em 1963, quando cheguei ao Congresso e fiz o primeiro juramento de Presidente da República, entre muitos dos ilustres visitantes havia uma figura simpática e dinâmica, cheia de vida e de calor humano — refiro-me ao Presidente Juscelino Kubitschek. (Palmas prolongadas.) Com que ele coragem empreendeu esta grande tarefa, na qual, desde logo, não há direito de autor, porque foram muitos os estadistas, os sociólogos, os geógrafos brasileiros que advogaram por este gesto centrípeto de tomada de posse do continente. Mas ele teve o valor de realizá-la! As idéias valem muito por si mesmas e também por quem tem o valor de executá-las, de pô-las em prática, expondo-se a toda classe de rumores e de críticas. Afortunadamente, o Brasil, a inteligência brasileira, a arte brasileira, souberam corresponder a isso.

Eu não quero dar uma longa lista de nomes, mas apenas mencionar alguns, de amigos que admiro. Lúcio Costa, que para mim é, no urbanismo, o que foi Picasso na pintura. (Palmas.) Homem de formação acadêmica profunda, uma vez adquirindo esta bagagem, soube liberar algo de si para a busca de uma nova arquitetura brasileira.

Oscar Niemeyer, o grande artista (Palmas.), o homem de inesgotável imaginação, como podemos comprovar no Brasil. Com que satisfação fui hóspede da casa que ele construiu, o Palácio da Alvorada.

E ao amanhecer — neste indescritível amanhecer de Brasília — encontrei na natureza a obra de Deus, mas também a presença do Le Nôtre dos tempos modernos, não de um Le Nôtre que construiu os jardins de Versalles para um monarca absoluto, mas um artista brasileiro: Roberto Burle Marx, que soube realçar as belezas da natureza deste país. (Palmas.)

Com estes três nomes, junto com o do falecido Presidente, permitam-me render homenagem a todos os que tiveram a ver com esta grande realização, que honra a América inteira, que é comentada em todas as universidades. Cheguei a Brasília como um velho amigo — depois de revisar revistas e livros, de escutar debates e polêmicas, para culminar minha vida, já no outono, praticamente na velhice e pouco antes de concluir minha tarefa governamental — para poder dizer: “Trouxe a mensagem democrática do Peru e levo a mensagem artística e histórica do Brasil.” (Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Exmº Sr. Presidente da República do Peru, Dr. Fernando Belaúnde Terry; Exmº Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Flávio Marcílio; Exmº Srª Violeta Correa de Belaúnde; Exmº Sr. Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Dr. Ramiro Saraiva Guerreiro; Srs. Embaixadores, Exmº Sr. Arcebispo de Brasília, Magnífico Reitor da Universidade de Brasília, Exmºs Srs. Membros da comitiva presidencial da República do Peru, Srs. Ministros dos Tribunais Superiores, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Exmºs Senhoras, meu Senhores.

Reuniu-se, nesta manhã, o Congresso Nacional, em sessão solene, para acolher, no diálogo e na hospitalidade, o representante da República do Peru, país vizinho e tradicionalmente amigo, afastado de nós, brasileiros, apenas pelas distâncias impostas pela geografia continental e pelas muralhas dos Andes, fatores que não têm impedido o fortalecimento de nossos laços de amizade e

de salutar intercâmbio comercial e cultural, que floresceram ao longo da História de nossos dois países.

É com o espírito elevado pelo mais sinceros sentimentos de afeição e solidariedade pelo país irmão que os Parlamentares, os legítimos representantes do povo e da Nação Brasileira recebem e saúdam, na unanimidade do apreço e da estima o Exmº Sr. Fernando Belaúnde Terry, ilustre arquiteto e um dos mais eminentes políticos, americanos, que pela vida dedicada ao engrandecimento de sua pátria mereceu dos seus concidadãos a escolha do seu nome para dirigir os destinos da grande nação andina, neste momento histórico de redemocratização do país e de reconciliação nacional.

Nossa admiração pelo país de V., Exª e pela admirável figura de V. Exª, Sr. Presidente, é estimulada a cada vez que penetramos os umbrais da História da Humanidade e, em especial, da nossa História americana, para refletir sobre os destinos, os ideais e ensinamentos das grandes civilizações e das origens mais remotas dos povos deste hemisfério.

Nenhuma civilização antiga na América foi maior e mais pujante que a civilização inca, da qual deriva o povo peruano no encontro de duas culturas, uma ameríndia e outra européia. No Peru, a fisionomia do nativo e do espanhol está na feição do povo, impregnado de sua cultura, seus valores, suas crenças e, em grande parte, da mesma religião cristã que também é a nossa.

Do seu país, Sr. Presidente, também nos chegaram as emanções do idário e da bravura libertária de Simon Bolívar e San Martín, dois grandes luminares da História da liberdade e da emancipação americanas, onde epopéia de Ayacucho é um marco indelével na crônica da emancipação do nosso continente.

Nós, brasileiros, temos acompanhado com grande interesse o esforço gigantesco que os peruanos, sob a liderança de V. Exª têm desenvolvido para superar os efeitos da crise mundial, na qual nem os países mais desenvolvidos estão invulneráveis aos reflexos devastadores deste fenômeno recessivo que ameaça a economia e a estabilidade social e política de quase todas as nações do mundo.

Mas, Sr. Presidente Belaúnde Terry, muitas razões nos fazem esperançosos de que o mesmo povo que o assistiu extraditado de seu leito para o exterior, nos idos de 1968, e doze anos após o trouxe de volta ao governo pelo voto de expressiva maioria popular, e as nações que ouviram do seu magistral desempenho na Conferência de Chefes de Estado de Punta Del Este, em 1967, ainda o verão triunfante na concretização das metas que se propôs realizar em benefício do progresso do país e da tranquilidade social interna, tão necessária ao trabalho construtivo e duradouro do crescimento econômico.

Os oradores que usaram da tribuna do Congresso Nacional brasileiro, para saudar V. Exª e recitar os louvores de nossa gente ao povo amigo e à grande nação peruana, ressaltaram os contornos da alta envergadura de experiente e hábil estadista, com que V. Exª tem se distinguido na condução da política de governo, no âmbito interno e no exterior.

Já se disse neste plenário que é preciso que os países ricos percebam que estão conduzindo a Humanidade a um impasse de consequências imprevisíveis para o futuro do mundo ocidental.

Hoje, os países do Terceiro Mundo retem um tributo desproporcional às nações desenvolvidas, gerando com isto um processo crescente de endividamento, causado pela desvalorização, às vezes intencional e artificial, dos termos de intercâmbio, em função do excessivo protecionismo que discrimina nossas exportações, e supervalorizam a moeda internacional.

Insistem em atrelar nossas economias a uma conjuntura mundial recessiva, e para a qual pouco contribuimos.

Sr. Presidente Belaúnde Terry, que os mesmos laços que nos unem no profundo humanismo de nossa origem ibero-americana e nos fazem propensos à fraternidade, à solidariedade e à aproximação entre os povos e nações, sejam motivos e razões suficientes para nos unirmos, nós, os povos latino-americanos, na luta por um novo ordenamento internacional, na luta pelo aperfeiçoamento da democracia, da justiça social e da liberdade, na espe-

rança de que se cristalice a grandiosa visão de Simón Bolívar, uma América Latina coesa, emancipada e fortalecida

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, seja este um momento simbólico de confraternização entre o povo brasileiro, aqui representado, e o admirável povo peruano que nos manda visitar o seu ilustre representante e arauto. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — A Presidência agradece a presença das autoridades civis, milita-

res, diplomáticas e eclesiásticas, convidando-as para um coquetel no Salão Nobre do Senado Federal, onde S. Ex^a, o Sr. Presidente do Peru receberá os cumprimentos.

Solicito à Comissão que introduziu nosso ilustre visitante neste plenário que acompanhe S. Ex^a até aquele local.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 20 minutos).

Ata da 166ª Sessão Conjunta, em 19 de junho de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Marcelo Miranda

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Murilo Badaró — Amaral Furlan — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — Gastão Muller — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; José Lins de Albuquerque — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Orestes Muniz — PMDB, Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB, Brabo de Carvalho — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Jorge Arbage — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Edison Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS, João Rebelo — PDS; José

Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Antônio Moraes — PMDB; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Sérgio Philomeno — PDS; Tomaz Coelho — PMDB

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Carneiro Arnaud — PMDB, Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Moura — PDS, Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Coelho — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Roberto Freire — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; José Thomaz Nonô — PDS; Nelson Costa — PDS; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS;

Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB, Djalma Bessa — PDS; Elquisson Soares — PMDB; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Santana — PMDB; Francisco Benjamim — PDS; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; João Alves — PDS; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Prisco Viana — PDS; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Nyder Barbosa — PMDB; Stélio Dias — PDS.

Rio de Janeiro

Amaral Netto — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Celso Peçanha — PTB; Daso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Franciso Studart — PTB; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Léo Simões — PDS; Márcio Braga — PMDB; Osmar Leitão — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sérgio Lomba — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Emílio Gallo — PDS; Emílio Haddad — PDS; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Hercúlio — PMDB; Jorge Carone — PMDB; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nylton Velloso — PDS; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Ronaldo Canedo — PDS; Rondon Pacheco — PDS.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Soares — PT; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo No-

mura — PDS; Farabulini Júnior — PTB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gíóia Júnior — PDS; Irma Passoni — PT; João Herrmann Neto — PMDB; José Camargo — PDS; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Tidei de Lima — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Maçao Tadano — PDS; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Gera — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Norton Macedo — PDS; Oscar Alves — PDS; Oswaldo Trevisan — PMDB; Renato Bernardi — PMDB; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Ivo Vanderlinde — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS; Pedro Colin — PDS; Renato Viana — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaça — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Matheus Schimidt — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincaroni — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — As listas de presença acusam o comparecimento de 57 Srs. Senadores e 257 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sobre a mesa, comunicações que vão ser lidas pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidas as seguintes

Brasília, 19 de junho de 1984

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 do Regimento Comum, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou propor a substituição dos nobres Senhores Senadores Jutahy Magalhães e Gabriel Hermes, pelos nobres Senhores Senadores José Lins e Jorge Kalume, na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 1984, que "acrescenta parágrafo único ao artigo 167 da Constituição Federal".

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e consideração. — Senador **Aloysio Chaves**, Líder do PDS.

Brasília, 19 de junho de 1984

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 10 do Regimento Comum, tenho a honra de comunicar a V. Exª, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Sr. Senador Murilo Badaró, pelo nobre Sr. Senador Marcondes Gadelha, na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre as Propostas de Emenda à Constituição nºs 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, e 28, de 1984, que "Alteram, acrescentam e suprimem dispositivos da Constituição Federal".

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Senador **Aloysio Chaves**, Líder do PDS.

Brasília, 19 de junho de 1984

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 do Regimento Comum, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, para dos devidos fins, que esta Liderança deliberou propor a substituição dos nobres Senhores Senadores Alfredo Campos e Enéas Faria, pelos nobres Senhores Senadores Gastão Müller e Saldanha Derzi, na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 1984, que "acrescenta parágrafo único ao artigo 167 da Constituição Federal".

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e consideração. — Senador **Humberto Lucena**, Líder do PMDB.

Brasília, 19 de junho de 1984

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 do Regimento Comum, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, para dos devidos fins, que esta Liderança deliberou propor a substituição dos nobres Senhores Senadores Itamar Franco e Álvaro Dias, pelos nobres Senhores Senadores Hélio Gueiros e Cid Sampaio, na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre as Propostas de Emenda à Constituição nºs 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27 e 28, de 1984, que "alteram, acrescentam e suprimem dispositivos da Constituição Federal".

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e consideração. — Senador **Humberto Lucena**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Serão feitas as substituições solicitadas.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, já ocupei em outras oportunidades esta tribuna para detalhar situações vividas pela Faculdade de Medicina de Jundiaí, no Estado de São Paulo, a qual, nos últimos tempos, tem vivido seguidas crises, com momentos de incertezas, de greve e de preocupações para todos os que, direta ou indiretamente, se vinculam com dita escola médica, que orgulha os sistemas universitários paulista e brasileiro.

Sonho maior do Dr. Jayme Rodrigues, a Faculdade de Medicina de Jundiaí é resultante de não poucos esforços, de muita luta e de toda crença de numerosas pessoas, na maioria da comunidade jundiense, o que permitiu se instalasse na progressista cidade uma Faculdade municipal para o ensino médico.

Instalada pelo carinho dos que nela acreditaram, no curso dos anos foi-se firmando o conceito da Escola, como padrão do bom e consciente ensino médico projetando-se hoje como uma das melhores do País.

Uma escola oficial, ainda que de um município, não apenas cuidou da excelência do nível de ensino como também propugnou para não se transformar numa instituição comercial, visando a lucros e, em consequência, a mensalidade a que se sujeitam seus estudantes é bastante módica para um ensino de nível superior.

Mas um curso médico exige condições, reclama um hospital-escola e tudo o mais. Responsabilizou-se, pois, a Prefeitura de Jundiaí por subvenções sempre crescentes. O novo Prefeito de Jundiaí, nosso companheiro e amigo André Benassi, assumindo a Prefeitura, passou a preocupar-se chegando mesmo a admitir estudos que levassem à privatização da escola.

Corpos docente e discente da Faculdade de Medicina de Jundiaí posicionaram-se contrariamente à privatização, chegando a conseguir do Governador Franco Montoro uma palavra responsável e de muito peso pela não-privatização da Escola.

Há um empenho muito grande do corpo docente, da direção segura que tem hoje a Faculdade de Medicina, na pessoa do Dr. Roberto Focaccia, e todo o apoio dos alunos e suas famílias, no sentido de se ordenar a vida da Escola, para que ela possa continuar a ter o comando oficial, com a central preocupação de manter o melhor nível de ensino, preservando-se o elenco dos dedicados mestres.

Vivem todos os interessados, inclusive o Prefeito André Benassi, professores e alunos, a expectativa de uma audiência já solicitada ao Governador Franco Montoro, quando toda a situação atual e sua projeção futura, as necessidades da Escola serão expostas, na presença do digno Prefeito André Benassi, da direção da Escola, de uma representação de alunos e inclusive representação, talvez, de seus pais.

Espera-se que, em havendo boa vontade de todos — e certamente haverá — sugirá o caminho a ser percorrido pela Faculdade de Medicina de Jundiaí em sua caminhada rumo ao melhor ensino, de uma escola acessível à bolsa popular, reafirmando, assim, a história elevada que registra dito estabelecimento de ensino.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Délio dos Santos.

O SR. DÉLIO DOS SANTOS (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srs. Deputados, o ensino gratuito nas Universidades Federais constitui uma das grandes conquistas da sociedade brasileira. Entretanto, de tempos em tempos, há investidas contra a gratuidade, ou procuram tornar a Universidade Federal inoperante pelo corte de verbas e a má remuneração dos professores.

Forças ocultas e misteriosas, encasteladas no poder ou fora dele, desejam destruir esta instituição que constitui um dos principais patrimônios culturais do País.

No momento, as Universidades Federais Autárquicas estão vivendo uma de suas maiores crises, pois seus docentes estão em greve desde o dia 15 de maio último, movimento este que tem por objetivos obter melhores salários e verbas, a fim de que haja um perfeito funcionamento da Universidade.

Em verdade, este movimento reivindicatório é consequência da intransigência do Ministério da Educação e Cultura, porque desde abril do ano passado os docentes apresentaram à Ministra do MEC suas reivindicações.

A intransigência oficial levou os professores ao recurso extremo: a greve. O Governo pretende manter nas Universidades a mesma política de arrocho salarial instaurada a partir de 1964 e revigorada, recentemente, com o advento do Decreto-lei nº 2.065, de 1983.

Inúmeros apelos têm sido feitos à Srª Ministra da Educação e Cultura no sentido de ser encontrada uma forma capaz de pôr fim ao movimento grevista. Entretanto, percebe-se que o Governo está mais interessado em manter o impasse do que em encontrar uma solução adequada, de modo a preservar a grande conquista democrática do ensino brasileiro a nível superior que é a Universidade Federal.

Por estes motivos, ocupo esta tribuna do Congresso Nacional para solidarizar-me com os livres docentes e, ao mesmo tempo, solicitar a transcrição nos Anais desta Casa do documento assinado pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, em 13 de junho de 1984, e da nota do Comando Nacional de Greve, com o apoio da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O ORADOR.

CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

O Conselho de Reitores em Defesa da Universidade Brasileira

Ao longo dos anos, as Instituições de Ensino Superior vêm dando o melhor de si na tentativa de corresponderem às exigências de uma sociedade moderna.

De parte da União, registram-se substanciais aplicações em construção, em aperfeiçoamento de pessoal docente, na consolidação do regime de dedicação exclusiva e no apoio à pesquisa.

De parte das Instituições de Ensino Superior, impõe-se destacar a cotidiana preocupação com a qualidade do ensino, a expansão progressiva e sólida da pós-graduação, a integração mais ampla com a sociedade através de programas de extensão, o desenvolvimento acentuado e qualitativamente mais significativo das atividades de pesquisa.

Estado e Universidade, cada um a sua maneira e complementando-se nos esforços para garantir uma adequada formação de recursos humanos de alto nível e para ampliar suas possibilidades de desenvolvimento científico e tecnológico autônomo, acabaram por consolidar um parque universitário já respeitável e com imenso potencial de serviço ao País.

Esse parque universitário é um patrimônio da sociedade brasileira. Por isso mesmo, os dirigentes das diferentes instituições universitárias sentem-se no dever de reiterar, ainda uma vez, aos responsáveis pelo Governo — autoridades do Executivo e representantes do povo no Congresso Nacional — a advertência de que esse patrimônio está seriamente ameaçado.

Sem rememorar as razões, queremos mostrar a todos que a advertência não é infundada. E como, para tanto, é preciso ser rigorosamente objetivo, analisemos os dados

do orçamento do Tesouro para a educação superior nos anos desta década.

A análise revela que as verbas para manutenção das Universidades vêm sofrendo rápida e implacável redução. Para cada Cr\$ 100,00 que as Universidades federais recebiam em 1980, elas recebem hoje Cr\$ 37,80 e receberão, em 1985, tendo em vista a dotação já fixada pelo Ministério da Educação e Cultura, Cr\$ 22,08, ou Cr\$ 33,22, se confirmado o valor previsto para o orçamento extrateto (Quadro anexo).

Em consequência, nossas Universidades não têm como renovar e reparar seus equipamentos de ensino, atualizar suas bibliotecas, conservar seus prédios e instalações, manter o nível de suas aulas práticas, operar seus hospitais e nem mesmo pagar os serviços de luz, limpeza, transporte, água, telefone, vigilância e outras despesas essenciais de custeio.

Como nos parece inadmissível comprometer todo o investimento já realizado pelo Governo e pelas Instituições de Ensino Superior propomos, para preservá-lo, as seguintes soluções emergenciais:

1. reformulação do orçamento de 1984 com suplementação de recursos para repô-lo ao nível de 1980;

2. consignação, no orçamento de 1985, de dotação em valor real equivalente à do orçamento de 1981.

Sem a adoção imediata dessas medidas mínimas, será impossível sustar o processo de deterioração física e de queda de qualidade do ensino que vem afetando nossas Universidades.

Assim, em nome do que já se fez pela contrução de um patrimônio tão valioso, os signatários deste documento confiam em que sua advertência cale fundo na consciência dos que têm o poder e o dever institucional de manter viva a Universidade brasileira.

Consideramos também que os vencimentos pagos aos professores e funcionários técnico-administrativos das

autarquias vêm sofrendo, ao longo dos anos, um achatamento que torna aflitiva suas condições de vida. De janeiro de 1979 a abril de 1984, houve uma perda salarial de 167,60% para os servidores de 103,00% para os docentes, tomando-se como referência a evolução do INPC. No mesmo período, o pessoal das Fundações tem recebido uma remuneração mais justa. Prestando serviços idênticos e sendo ambas, mantidas pelo Estado, Autarquias e Fundações pertencem ao mesmo sistema de ensino. Por conseguinte, é de justiça que se venham a compatibilizar as escalas salariais das instituições autárquicas e das fundacionais mantidas pela União, mediante legislação própria, formulada a partir de estudos aprofundados, em que se considerem e se equilibrem, na melhor medida possível, as diversas variáveis envolvidas.

No entanto, a complexidade do problema, e a evidência de que sua solução definitiva demandará um processo gradativo, manifestam que essa proposta, ainda que de logo endossada pelas autoridades competentes, não pode, isoladamente, sem grave equívoco, ser entendida como medida eficaz para debelar a crise ora instalada.

Impõe-se, portanto, uma solução concomitante, emergencial, sob a forma de reajuste salarial específico que permita, de pronto, minorar a difícil situação dos docentes e servidores técnico-administrativos das autarquias de ensino.

De há muito vimos buscando e oferecendo sugestões de caráter básico, preventivo, certos de que a crise de hoje, como a de ontem, tem origem profundas, de natureza conceitual e estrutural.

Os signatários deste documento concluem, finalmente, que somente através da solução imediata e definitiva do problema orçamentário e da pronta recuperação da justiça salarial será possível retabelecer o clima de normalidade nas Instituições de Ensino Superior, que vem sendo, desde 1980, anualmente afetado por essas duas questões.

MEC/SESU — EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO

Recursos do Tesouro — Cr\$ mil

Dado em Brasília, no Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, aos 13 de junho de 1984.

ORÇAMENTO					
PERÍODO	TAXA DE INFLAÇÃO	DEFLATOR	VALOR CORRENTE	VALOR CONSTANTE	ÍNDICE 1980 = 100
1980		1,00	6.372.955	6.372.955	100,00
1981	106,80	2,07	14.912.087	7.203.906	113,03
1982	100,00	4,14	25.910.548	6.258.586	98,20
1983	211,00	12,87	42.402.440	3.294.672	51,69
1984	170,00	34,75	65.874.000	2.410.318	37,82
1984	170,00	34,75	93.875.250 (1)	2.701.446	42,38
1985	170,00	93,82	132.044.200	1.407.421	22,08
1985	170,00	93,82	198.678.700 (2)	2.117.658	33,22

(1) — Suplementação de Cr\$ 28 bilhões

(2) — Inclusive extrateto

ANDES ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR Nota do Comando Nacional de Greve

Frente a uma conjuntura extremamente complexa e dinâmica, onde o processo sucessário presidencial constitui o eixo principal de discussão, os movimentos grevistas, pela sua firmeza, seriedade e coesão, criam fatos

políticos que colocam a luta pela Universidade em pauta, exigindo soluções.

Evolução dos fatos nas últimas quarenta e oito horas, reforça e consolida a posição política definida pelos docentes e servidores das Universidades Federais Autárquicas, que há quase um mês sustentam uma greve nacional, enfrentando a intransigência e a protelação do Governo no atendimento às nossas justas reivindicações.

Entre os fatos criados, destacamos a pressão que levou a Ministra da Educação e Cultura a receber os representantes dos comandos nacionais de greve e a assumir o compromisso de buscar uma solução emergencial junto à Presidência da República, reafirmando assim seu papel de interlocutora do Governo e responsável por contra proposta a ser apresentada.

O movimento dispõe de todo o apoio político necessário para lutar pela Universidade a exigir da Ministra soluções concretas. Este apoio tem sido consubstanciado no reconhecimento da justeza de nossa luta e no empenho por uma solução desta crise em caráter de urgência, pelos componentes do Congresso Nacional, por inúmeras Assembléias Legislativas, por Governadores, pelo Foro de Secretários de Educação, pela OAB, pela ABI, pela SBPC, pela CNBB, pela UPI, por um sem número de parlamentares e, agora, também pelo CRUB. E, o mais importante, pelo povo em geral, e pelos estudantes em particular.

O CNG destaca como um apoio importante ao nosso movimento o documento do CRUB: "O Conselho de Reitores em Defesa da Universidade Brasileira", divulgado em 13-6-84. No espaço aberto pelas greves de professores e servidores universitários, e ampliado pela greve dos médicos-residentes, os Reitores assumem corajosamente conceitos e bandeiras pelas quais lutam historicamente estas categorias. Defendendo a sobrevivência da Universidade brasileira, ameaçada pela política educacional do Governo, advogam mais verbas e melhores salários para professores e servidores técnico-administrativos.

O CRUB é veemente na defesa deste patrimônio da sociedade brasileira, quando clama: "Assim, em nome do que já se fez pela construção de um patrimônio tão valioso, os signatários deste documento confiam em que sua advertência cale fundo na consciência dos que têm o poder e o dever institucional de manter viva a Universidade brasileira".

Apesar de tom genérico do início, fica claro no curso do texto serem as Universidades Federais o cerne da mobilização do CRUB.

Assim, reivindica ele, em caráter emergencial, a reformulação do orçamento dessas Universidades, para 84 e 85, com dotação em valor real equivalente a 80 e 81, respectivamente, no que se incorpora de forma concreta à nossa luta por mais verbas para a Universidade. Com a clareza de que tal suplementação não atende, de forma plena, às necessidades das várias instituições, o CNG considera que ela representa o mínimo aceitável para solucionar, neste momento, a crise instaurada.

Além de destacar a importância política da luta por verbas para a Universidade, devemos, agora mais do que nunca, intensificar a articulação do movimento dos docentes com o dos servidores técnico-administrativos. Qualquer medida que não contemple os dois segmentos impedirá a superação da situação crítica em que se encontra a Universidade, pela qual conjuntamente lutamos.

Julgamos importante destacar ainda, que as medidas emergenciais reivindicadas na nossa pauta e hoje reforçadas pelo documento do CRUB não garantem de forma permanente a manutenção e ampliação da Universidade Pública. Nesse sentido, entendemos que outras propostas, como ante-projeto de equiparação salarial entre autarquias e fundações, que põem em risco conquistas do movimento docente, exigem, de nossa parte, uma firme disposição de luta, de modo a fazer valer a vontade de nossa comunidade na definição de toda e qualquer mudança na Instituição Universitária.

Brasília, 14 de junho de 1984.

Comando Nacional de Greve.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao Deputado José Carlos Vasconcelos.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELOS (PMDB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. e Srs. Congressistas, segundo uma máxima nazista, uma mentira muitas vezes repetida assume foros de verdade. Hoje, nesta Casa, Sr. Presidente, forças antipatriotas intensificaram a mentira, a mistificação contra Deputados e políticos que defendem neste momento, a Nação brasileira, ouvi aqui, estarrecido, acusações ao Deputado Nelson Marchezan e ao Vice-Presidente Aureliano Chaves. Nem o Vice-Presidente Aureliano Chaves nem o Deputado Nelson Marchezan pertencem ao meu partido, o PMDB. Mas temos uma visão muito clara.

Ao lado da discordância partidária e ideológica, o Sr. Aureliano Chaves e o Sr. Nelson Marchezan estão se apresentando perante a Nação com a proposta de defesa das instituições democráticas, de defesa dos interesses nacionais. Por isso, são eles duas vítimas daquelas pessoas que pregam o continuísmo de um modelo econômico contrário ao povo brasileiro e da promoção do negócio pessoal, do poder, para o usufruto e para a promoção dos interesses mais escusos.

Quando se afirmou hoje, aqui, que o Deputado Nelson Marchezan usou recursos da Câmara Federal numa prévia efetuada no Rio Grande do Sul, certamente essas pessoas — e afirmo-o como Deputado que estava nesta Casa na presidência do Sr. Nelson Marchezan — certamente essa pessoa ou essas pessoas querem mentir e mistificar, porque são contrárias à posição que o Sr. Nelson Marchezan assume, a favor da democracia. E quando isso acontece, mesmo sendo eu do PMDB, tenho de me pronunciar a respeito, porque a Casa toda é testemunha da lisura e da honradez com que o Deputado Nelson Marchezan se portou na Presidência desta Casa.

Ouvi aqui, Sr. Presidente, críticas ao Deputado Nelson Marchezan até pelo rigor com que agia na Presidência, devolvendo, no final do exercício, recursos que não foram gastos pela Câmara dos Deputados, porque não foi necessário gastá-los.

Com referência ao Vice-Presidente Aureliano Chaves, a Nação é testemunha do seu esforço para que se consolide a democracia neste País, a Nação é testemunha dos valores morais do Vice-Presidente da República. E, por isso, nas pesquisas, S. Ex^a desmonta e é reconhecido não só como homem digno, mas também capaz para dirigir este País como o seu Presidente. (muito bem! Palmas.) Membro do PMDB, seu adversário, com divergências ideológicas, não posso, no entanto, calar-me neste momento, porque vejo aqui repetir-se o que aconteceu no Uruguai, antes do advento da ditadura militar que infelicitava aquele país.

Vejo no Brasil, repetirem-se os fatos que antecederam a subida de Hitler ao poder. Uniram-se as forças da extrema-direita e da corrupção; e, mentindo, mistificando e corrompendo, essas forças, estão agindo contra os interesses do povo brasileiro. Contra esta atitude tem de levantar-se a voz de cada parlamentar, de cada patriota comprometido com a democracia e com a defesa de um modelo econômico que não marginalize e deixe na miséria mais da metade da população do nosso País. (Palmas.)

Estou aqui, portanto, para apresentar o meu protesto e dizer que creio firmemente em que os patriotas brasileiros haverão de se unir para deter essa escalada fascista e impedir que a corrupção e as forças anti democráticas tomem conta deste País e destruam a Nação. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Denisar Arneiro.

O SR. DENISAR ARNEIRO (PMDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, todos os jornais brasileiros, na semana passada, fizeram manchete dos comentários feitos a respeito das nossas dívidas externas pelo Sr. Jeremy Morse, Presidente do Lloyd's Bank. Acha este senhor que só no final des-

ta década o Brasil conseguirá equilibrar-se diante do mercado financeira internacional, com acesso livre a novos capitais disponíveis.

Na previsão pouco otimista do Presidente do Lloyd's Bank, um dos maiores credores do Brasil, a **pripirme rate** deverá subir de 12,5% para 13,5%.

Sr. Presidente, a cada dia que nos aproximamos do final do ano, temos de ficar mais pessimistas com o nosso futuro econômico, pois os recados dos nossos credores são cada vez mais desanimadores.

Numa previsão feita por mim, no ano passado, em discurso nesta Casa, não deixo por menos: vamos chegar no final de 1984 com juros em torno de 15%. Com os 13,5% que prevê o Sr. Morse, o custo real, para o Brasil, já será superior à minha previsão — além dos juros, há mais as comissões bancárias e outras despesas —, não sendo possível, portanto, continuarmos atrelados ao Fundo Monetário Internacional, organismo opressor e que só conhece esta linguagem. Apesar de o Sr. Morse manifestar a confiança na recuperação do País perante o mercado financeiro mundial, sua expectativa para a regularização do fluxo de capitais de empréstimo dos países desenvolvidos — de quatro a cinco anos — consagra a década de 80 como a fase mais negra para o Brasil perante os países credores.

O Presidente do Lloyd's destacou que, para o Brasil se recuperar efetivamente, deve dar prosseguimento ao seu programa de ajuste definido pelo FMI, acionar com mais frequência as linhas do Banco Mundial e promover uma maior abertura ao capital estrangeiro, endossando as palavras da Primeira Ministra inglesa Margaret Thatcher, ao final da reunião dos sete grandes, em Londres. Como, Sr. Presidente, podemos aceitar estes conselhos, se não existe mais possibilidade de apertar o cinto?

Quanto ao que declarou a Primeira Ministra do Império Britânico, queremos dizer-lhe que o Brasil não é sua colônia, nunca foi e jamais será.

O Sr. Morse reconhece o quanto são perversas as taxas de juros internacionais, mas salientou que "a questão de juros é com os governos".

Aos banqueiros — destacou — o importante é o **spread** (taxa de risco), que é a "forma de os bancos viverem". No seu entender, o Brasil poderá obter **spreads** mais baixos, mas jamais uma taxa de juros nula. Para o Presidente do Lloyd's, "o ideal para a taxa de juros, em termos reais, seria cerca de 3%, ao contrário dos atuais 7% (já descontada a inflação mundial).

Veja V. Ex^a, Sr. Presidente, que um dos maiores credores brasileiros sabe que a taxa real de 7% ao ano é usuração, é roubo, e que teriam condições de cobrar menos da metade. Para um país como o nosso, que deve 100 bilhões de dólares, a diferença de 4% representa 4 bilhões de dólares ao ano. Não podemos mais tolerar isto, Sr. Presidente.

Toda a soja e o minério por nós exportado estão sendo entregues gratuitamente aos ricos e poderosos do mundo moderno. Está faltando, neste País, Governo, ou patriotas que assumam compromissos com o nosso povo, não com banqueiros internacionais, para enriquecê-los mais ainda. Se o próprio Sr. Morse reconhece que a taxa real deveria ser de 3%, onde estão os nossos Ministros, que aceitaram pagar mais e assinam os "papagaios" internacionais em nome do Brasil, sem nem para isso estarem credenciados?

Sr. Presidente, mais uma vez vamos encerrar o nosso pronunciamento dizendo: temos de pagar somente 5% de juros, não de taxa real, mas de taxa efetiva; precisamos de cinco anos de carência e de quinze para pagar. Ou aceitamos estas condições, ou devemos decretar uma mo ratória unilateral. Pior do que estamos não acredito que ficaremos. Mais da metade do nosso povo já não consome as calorias necessárias à manutenção uma boa saúde. Falta emprego, falta moradia a preço acessível à classe média, enfim, falta tudo, e cada dia estamos caminhando mais rapidamente para o abismo. Acordem os que estão

dormindo e que são responsáveis pelos destinos deste agora pobre País.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Lustosa.

O SR. PAULO LUSTOSA (PDS — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a gravidade da situação político-institucional brasileira é tamanha que as divergências ideológicas e partidárias se superpõem na proporção em que interesses nacionais estão em jogo. O depoimento do Deputado José Carlos Vasconcelos, meu companheiro de região, de atividade e de tantas idéias, nada mais representa que esta unidade nacional que hoje se situa acima das divergências ideológicas e partidárias; acima dos compromissos com pessoas ligadas a candidaturas à Presidência da República, e vincula-se à preocupação maior de não permitir que se conspurque a honra e a dignidade do pouco que resta de *homens públicos sérios e dignos deste País*. É a grande conspiração nacional que se monta, através de interesses escusos e através daqueles que pretendem instaurar — com bem disse José Carlos Vasconcelos — o Reich tupiniquim neste País. Nós aqui rejeitamos não como solidariedade ao Líder Nelson Marchezan nem ao Vice-Presidente Aureliano Chaves — as acusações, porquanto, de princípio, nem sei direito de onde partiram, creio que quem as fez deve representar a síntese dos anos mais negros do autoritarismo neste País, combinados com os anos doentes da corrupção avassaladora que toma conta de muitas instituições nacionais. Rejeitamos essas acusações. Não seria necessário aqui fazer a defesa do líder do nosso Partido. Embora do mesmo partido, divergências profundas temos tido com o Deputado Nelson Marchezan. Mas acusá-lo de desonestidade, acusá-lo de faltar com compromissos com os interesses nacionais maiores, não apenas é atitude mesquinha, rasteira, baixa, mas acima de tudo evidencia o jogo de interesse escusos daqueles que representam o antipovo, daqueles que nada mais vêem a não ser os mesquinhos interesses pessoais, que transformaram e continuam a querer transformar a Presidência da República numa ação entre amigos de uma sociedade com responsabilidade limitada. Rejeitamos tais acusações. Lamentei, aqui, quando insinuava, de maneira muito pouco clara, o Deputado Amaral Netto, que o Vice-Presidente deveria ter usado uma quota da Vice-Presidência da República para passar telegramas. Sequer isto é verdade. É mesquinha, é baixaza pretenderem acusar o Vice-Presidente de tamanha leviandade.

Na verdade, Sr. Presidente e Srs. Deputados, creio que estas forças do retrocesso, estas forças que procuram prejudicar a marcha da consolidação das instituições democráticas neste País aos poucos vão encontrando, acima das diferenças ideológicas e partidárias, as afinidades de teses e posições de homens desta Casa que não têm preocupações em defender pessoas, nem candidaturas, mas que estão profundamente interessados em fazer com que esta Nação continue a não resgatar a profunda dívida social que aí está comprometendo a estabilidade institucional, que permite que o Brasil continue a transferir ao exterior 5% do suor e das lágrimas dos brasileiros; que permite que este País seja entregue a alguém com vocação imperial, sem nenhum compromisso democrático, que pretende o continuísmo e a mera acomodação dos interesses das elites; que dê as costas ao povo às suas agruras e ao seu sofrimento. Não aceitaremos isso.

Dizia eu aqui, nesta tarde, que, além do respeito à lei, além do respeito à fidelidade partidária, à hierarquia dos compromissos, havia uma obrigação maior com os interesses nacionais, com a vontade do povo, com a dignidade da Nação. Este é o compromisso que nós temos, acima dos candidatos, pois, para mim, qualquer um, desde que tenha dignidade, seriedade e o compromisso com esta Pátria merecerá meu voto, independentemente de ser do meu partido de oposição. Temos cou de um parti-

do de um compromisso com o Brasil. Nosso partido não é o PMDB, nem o PDT, nem o nen o PTB, nem o PDS; nosso partido é o Brasil e o seu futuro. Este, o compromisso que aqui respeitamos. Repelimos a injúria, a calúnia e a difamação ao Líder Nelson Marchezan e ao Vice-Presidente Aureliano Chaves.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Com a palavra o nobre Deputado Wolney Siqueira.

O SR. WOLNEY SIQUEIRA (PDS — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, venho a esta tribuna para registrar o transcurso de mais uma data natalícia de um dos maiores bandeirantes do Brasil, Bernardo Sayão, que estaria completando, ontem, 83 anos.

Seu heroísmo enfrentou todos os desafios da selva misteriosa, até que a fatalidade da morte o levasse para o outro lado da vida.

O descortino pioneiro, o idealismo obsessivo, a bravura física, a coragem moral, a sofreguidão estimulante, a liderança autêntica, as máquinas andarilhas, as ferramentas desbravadoras e o suor multiplicador compuseram e engrandeceram sua jornada de fé, assinalando, sem dúvida, um marco da História deste País e projetando-o sobre a curiosidade fascinada do mundo.

Bernardo Sayão foi considerado por muitos como um visionário. Não acreditavam que fosse até o fim com sua legenda de desbravador; pois ele conseguiu, em pleno sertão goiano, aterrisar num campo de pouso improvisado, onde 3 anos e meio depois estaria construída a nova Capital do Brasil.

Idealizador da estrada Belém — Brasília, fundador de Cêres, onde deu início à Colônia Agrícola Nacional de Goiás, sempre gozou de prestígio e de carinho por parte do povo goiano, que o respeitava por ser um trabalhador infatigável, amável, amigo incomparável, homem de uma só palavra, o que o levou, quase por unanimidade, à eleição para Vice-Governador em nosso Estado.

Este engenheiro agrônomo amava as aventuras, gostava de construir estradas e tinha como distração “sonhar” e planejar horas a fio — trabalho feito por um ideal de onde retirava forças para enfrentar com ânimo e coragem as grandes dificuldades.

Sobre a memória do peregrino incansável colocamos a efusão das nossas homenagens, que são muitas, que são tantas, mas que serão sempre poucas para caracterizar e enaltecer a grandeza de sua obra e a nobreza do seu sacrifício.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao Líder do PDS, o nobre Deputado José Lourenço.

O SR. JOSÉ LOURENÇO (PDS — BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o que temos assistido nestes últimos tempos, no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados especialmente, é a preparação, através do ataque vil e covarde aos melhores homens públicos deste País, de setores do meu partido que, através de tal comportamento, têm, naturalmente, objetivos que já identificamos. O melhor caminho para a ditadura, Sr. Presidente, é a destruição dos valores morais da Nação. E, no momento em que um setor do PDS, vinculado à extrema direita, denuncia, acusa sem qualquer prova ou qualquer elemento, por mais que isso possa ser levado a sério, não merece credibilidade. Sem documento algum, eles acusam o Deputado Nelson Marchezan; sem documento algum, eles acusam o Vice-Presidente da República, Aureliano Chaves, assacam contra a honra de homens como os Senadores José Sarney, Jorge Bornhausen e Marco Maciel, porque têm um objetivo: destruindo os homens liberais do PDS, certamente os fascistas ficarão juntos para a intencional, que será, sem dúvida alguma, um golpe capitaneado pelo Sr. Paulo Salim Maluf, para instalar no País uma

ditadura de direita e eliminar, assim, todo o processo democrático desta Nação.

É contra esse tipo de comportamento, Sr. Presidente, que levantamos nossa voz e nos juntamos a tantos quantos, como nós, nesta Casa do Congresso Nacional, interpretam a vontade maior do povo brasileiro, povo este que sempre teve entre suas mais caras tradições o amor à democracia, o amor à liberdade, e que não aceita comportamentos de nenhum extremo, que não se compromete com nenhum sistema ideológico que não viabilize a liberdade.

Sr. Presidente, nesta sessão, quero registrar um documento que há pouco me foi entregue, intitulado “Manifesto à Nação”, do seguinte teor:

“A Executiva da União dos Vereadores do Brasil e os presidentes das Uniões de Vereadores Estaduais, reunidos nesta data em Brasília, diante da crise política que afflige o povo brasileiro, vem de público fazer a seguinte manifestação:

Primeiro — Os Vereadores do Brasil são pelas eleições diretas já como o único instrumento institucional para o restabelecimento da democracia plena;

Segundo — Em consequência, propõe, como legitimidade da participação democrática do povo brasileiro nas indicações de candidatos nas convenções partidárias, a Consulta às Bases Eleitorais, especialmente aos Vereadores, em qualquer processo eleitoral. (Palmas.)

Brasília, 19 de junho de 1984. — Vereador Aldo Belarmino da Silva, Presidente da União dos Vereadores do Brasil.”

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, como vêem V. Ex^{as}, a classe política brasileira está mobilizada para dar um basta a esses que não querem que atinjamos a democracia plena no Brasil. Mas estamos atentos a este procedimento; e aqui, através de nossa voz, de nossa ação, interpretando a vontade maior da Nação, barraremos aqueles que desejam a ditadura.

O Sr. Genebaldo Correia — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ LOURENÇO — Ouço o nobre Deputado Genebaldo Correia.

O Sr. Genebaldo Correia — Nobre Deputado José Lourenço, quero congratular-me com V. Ex^a pelo esforço que realiza, ao lado de brilhantes e valorosos companheiros seus do PDS, no sentido de que o seu partido possa ouvir as suas bases. Esta decisão de V. Ex^a e do grupo que integra é um sinal da disposição em favor da consolidação democrática neste País. V. Ex^a, que votou nesta Casa pelas eleições diretas, tem autenticidade para esposar esta tese, a tese pela realização das prévias. É assunto da economia interna do partido de V. Ex^a, mas que se reflete sobre a Nação e, conseqüentemente, desperta o interesse e a atenção da Oposição. Espero que a palavra de V. Ex^a e dos seus companheiros possa encontrar ressonância na consciência dos membros do Diretório do Partido de V. Ex^a, para que se possa dar um exemplo de democracia e de luta, no sentido de se melhorar os métodos de ação política neste País.

O SR. JOSÉ LOURENÇO — Muito obrigado a V. Ex^a, nobre Deputado Genebaldo Correia. Estamos aqui, na trincheira democrática, porque a democracia está acima das nossas legendas partidárias. O bem-estar da Nação reclama de todos nós uma ação comum, no sentido de impedirmos que quem o povo não deseja jamais chegue à suprema magistratura do País.

Hoje, saio daqui convencido, Sr. Presidente, através dos diversos pronunciamentos que ouvimos nesta Casa, de que, numa ação política comum, Líderes do meu Partido, homens do meu Partido e das Oposições (Palmas.)

se dão as mãos, para vencermos a crise que o Brasil enfrenta — crise política, crise econômica, crise social. Somos suficientemente competentes para, com o apoio da Nação, vencermos esta crise.

Finalmente, esclareço à Casa que o documento que há pouco li é assinado por Vereadores de todos os partidos que compõem as Câmaras Municipais de nosso País. (Palmas.)

O Sr. Hélio Duque — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Com a palavra para uma comunicação, o nobre Deputado Hélio Duque.

O SR. HÉLIO DUQUE (PMDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço a palavra fundamentado no art. 6º do Regimento Comum.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — V. Exª falará por vinte minutos como Líder do PMDB.

O SR. HÉLIO DUQUE (PMDB — PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs., Congressistas, tivemos uma tarde-noite memorável neste Parlamento. Uma *blitzkrieg*, com uma Luftwaffe da calúnia e da infâmia, em que os detonadores não funcionaram, não operaram, consegui, talvez, criar um tempo novo nesta Casa porque hoje assisti, com imensa satisfação democrática, a Liderança do Partido Democrático Social ser exercida como uma Liderança do PDS, submetida às razões da ética, da moral e da lealdade ao Deputado Nelson Marchezan.

Nesta Casa, nos últimos meses e semanas, a média das vice-lideranças que ocupam o assento da Liderança do PDS tem-se caracterizado muito menos como líderes do partido e muito mais como líderes de facção. E hoje, Sr. Presidente, partido da calúnia e da infâmia, detonou-se um processo em que, de início, vi a fuga, vi a ausência dos mais destacados porta-vozes da Vice-Liderança do Partido Democrático Social, que não tem nenhum compromisso ético, nem moral, nem de lealdade com o Deputado Nelson Marchezan. Quero destacar que o Deputado Amaral Netto foi um que teve muita ética e decência, porque, no instante em que abriu dissensão em relação ao seu Líder, pediu o afastamento do Colégio de Vice-Líderes do Deputado Nelson Marchezan. Infelizmente, esse comportamento que aqui destaco não vem sendo cumprido por muitos Parlamentares — não os nominamos porque a Casa toda já os conhece — que, aqui, diuturnamente, nesta últimas semanas e meses, têm sido líderes de fato do Sr. Paulo Salim Maluf e não vice-líderes no exercício da Liderança do Partido Democrático Social.

Também em nome do meu partido, Sr. Presidente, quero destacar que foram muito graves as acusações feitas ao Governador do Rio Grande do Sul, ao Deputado Nelson Marchezan e ao Vice-Presidente da República, Dr. Aureliano Chaves.

É preciso — e não subscrevemos essas razões — um esclarecimento por parte do próprio Líder Nelson Marchezan. Amanhã será um dia propício para que se esclareçam todos esses fatos.

Ouçõ o nobre Deputado Tarcísio Burity.

O Sr. Tarcísio Burity — Nobre Deputado Hélio Duque, inicialmente, desejo agradecer a V. Exª a permissão do aparte. Pretendo esclarecer rapidamente meu posicionamento sobre essa questão. Tenho o melhor relacionamento pessoal com o Deputado Amaral Netto. Praticamente não acreditei, porque não havia assistido ao seu discurso nesta Casa, nas acusações que S. Exª proferiu contra pessoas eminentes do nosso Partido, inclusive contra o Líder Nelson Marchezan. Só acreditei depois que li com os meus próprios olhos as notas taquigráficas.

Lastimo profundamente o que aconteceu. Quero aproveitar a oportunidade para prestar minha solidariedade ao Líder Nelson Marchezan, e o faço, eminente Deputado, com tranquilidade, porque, nesta Casa, embora o grande respeito que tenho pelo Líder Nelson Marchezan, tive oportunidade de, algumas vezes, discordar da orientação política de votação, dada por S. Exª, como Líder do nosso Partido. E o fiz, embora respeitando a sua posição, porque achava que o meu posicionamento, de acordo com os meus princípios, de acordo com a minha consciência, deveria ir contra a orientação do Líder. Por isso mesmo é que hoje aqui, nesta hora, com muita imparcialidade, quero dar o testemunho do meu respeito ao Líder Nelson Marchezan. Sou novato nesta Casa, mas tenho observado a correção, de S. Exª, sua seriedade no trato dos problemas políticos, não só na Câmara, mas dentro do próprio partido, com seus próprios companheiros. Aqui fica minha absoluta solidariedade ao Líder Nelson Marchezan contra esses inoportunos e infelizes ataques feitos, também, por companheiros do nosso Partido. É lastimável, mas isso aconteceu. Presto a solidariedade ao meu Líder.

O SR. HÉLIO DUQUE — Agradeço a V. Exª o aparte. Quero dizer que, Colega do Deputado Nelson Marchezan há um mandato e meio, portanto há seis anos, eu, pessoalmente, quero também prestar essa solidariedade não devida, mas extremamente necessária, porque é preciso que se expurgue desta Casa a leviandade leviana — vai redundante mesmo — porque há tipos de leviandades que beiram a leviandade absoluta. Na verdade, o que é assestado contra o Líder do PDS nesta Casa é muito mais para ferir aquele seu esforço, de que, nos últimos meses, vem a Nação toda tomando conhecimento e o respeitando, no sentido de encaminhar uma solução de transição que sempre os dramáticos momentos em que a vida nacional, em que a cidadania está mergulhada. Sr. Presidente, creio que ao Deputado Nelson Marchezan é fundamental fazer uma própria reciclagem. Não estou opinando, nem tampouco receitando fórmulas ou traçando diretrizes de economia interna ao partido majoritário, que é o Partido do Governo, mas entendo que a função de Vice-Líder é inerente a um compromisso ético e moral e, sobretudo, de lealdade. Quando se há de discordar da Liderança, é dever fundamental ter-se o ato e a grandeza de pedir o seu afastamento. Mas, hoje, nesta Casa, Sr. Presidente, vi essa parcela liberal do Partido Democrático Social levantar-se como um só corpo, não em defesa daqueles injustiçados, mas sobretudo, com alegria e satisfação, em defesa da necessidade de serem reentronizados da vida pública brasileira, a partir desta Casa, os traços da tolerância, da civilidade e do respeito às opiniões, mesmo quando contra elas existam fortes discordâncias.

Ouçõ com satisfação, o nobre Deputado Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes — Nobre Deputado Hélio Duque, estava inscrito para falar no horário das Breves Comunicações desta sessão do Congresso Nacional. Porém, informado pelo Sr. Presidente de que o Regimento determina que, logo após o horário das Lideranças, que ora ocupa V. Exª, seja esgotado, a sessão deve ser encerrada, eu não poderia deixar de apartear-lo, para me congratular com V. Exª pela altivez e pelo espírito de justiça com que age, defendendo o Deputado Nelson Marchezan das injustiças que contra S. Exª foram assacadas por companheiros da sua bancada. O que me entristece, Sr. Presidente, nobre Deputado Hélio Duque, é ver exatamente a sua tribuna praticamente vazia. Onde estão os Vice-Líderes que ficam aqui, de uma da tarde até varar a noite, a defender candidatos, que não vieram aqui defender seu Líder atacado pelo até bem pouco Vice-Líder? Sr. Presidente, Srs. Congressistas, feliz foi o Governador Tancredo Neves, quando disse, na semana passada, que tinha começado a briga de foice no escuro. A metralha-

dora dos ódios e das desavenças que antigamente, até há poucos dias, tinha sua mira voltada para os Partidos de Oposição, voltou seu giro e seu alvo para os próprios companheiros. O que vimos, hoje, aqui, foram as acusações das mais levianas e mais torpes contra brasileiros como Aureliano Chaves e o Governador Jair Soares, além de contra o Deputado Nelson Marchezan. A leviandade do Deputado que acusou o Líder Nelson Marchezan é bem maior, quando todos nós aqui, nesta Casa, sabemos que um Parlamentar, ao constatar uma irregularidade praticada pela administração de uma Mesa Diretora desta Casa, tem mecanismo mais práticos e mais próprios para pedir a sua apuração. Por que será que o Deputado Amaral Netto se calou tanto tempo, somente agora trazendo a público essas denúncias? Por leviandade ou por conviência? Por isso, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, é que estamos aqui, por não acreditarmos nas acusações feitas contra o Deputado Marchezan e para dizermos que, embora divergindo de S. Exª, entre a acusação e o acusado ficamos, evidentemente, com o segundo.

O SR. HÉLIO DUQUE — Agradeço o aparte de V. Exª. Contudo, por um dever de justiça, quero destacar que, hoje, nesta Casa — estou no exercício da Liderança, desde as 10:30h da manhã, e não poderia cometer a injustiça de dizer que não vi nenhum dos Vice-Líderes do Deputado Nelson Marchezan ocupar a tribuna, para colocar nos devidos termos a torpe acusação que lhe foi feita — os Deputados José Lourenço e Francisco Benjamim utilizaram a tribuna com competência muita firmeza, extremo sentido ético e uma dose de lealdade, o que não poderia faltar a esses dois ilustres baianos, que sabem que é na sua terra, que exatamente começa, o respeito maior ao semelhante, sobretudo quando são vítimas de atos injustos.

Ouçõ, com prazer, o nobre Deputado José Mendonça de Moraes.

O Sr. José Mendonça de Moraes — Nobre Líder Hélio Duque, o meu compromisso, antes de ser fiel a um partido político, é de ser fiel à verdade, seja ela política, ética ou moral. Hoje tive o dissabor de ouvir, como V. Exª e outros Deputados, acusações chãs contra pessoas que, pelo seu passado tenho na conta de homens dignos da nossa Nação. Quando analisamos o grau de uma ofensa, temos de analisar o ofensor e o ofendido. Se examinarmos a história parlamentar do Brasil na década de 50 e início de 60, haveremos de encontrar, nos arquivos desta Casa, o retrato fiel do acusador, do ofensor de hoje, Sr. Amaral Netto. Basta que leiamos a opinião de Carlos Lacerda e de Raul Brunini ambos da UDN, sobre S. Exª, naquela época para sabermos que a ofensa, hoje, contra Aureliano Chaves de Mendonça e Nelson Marchezan vem de baixo, e o que vem de baixo quase sempre não alcança o que está por cima. A imprensa nacional deu destaque àquilo que poderíamos chamar, hoje, de o parto da montanha. A ofensa, a acusação que se esperava de Amaral Netto contra pessoas idôneas como Aureliano Chaves de Mendonça e, para surpresa nossa, Nelson Marchezan, veio como o parto da montanha: praticamente nada; um ratinho apareceu aqui hoje, mas com o sarcasmo de quem acusa pelo gosto de acusar, sem as provas convincentes. Portanto, Deputado Hélio Duque, ilustre Líder do PMDB, quero manifestar minha solidariedade às lideranças opostas pela ética com que vêm em defesa da verdade, muito mais do que em defesa da pessoa acusada. A defesa da verdade moral, aqui, hoje, me encantou, porque, acima das convicções apenas partidárias, estamos vivenciando, vitalizando aquilo que é a essência da democracia: a defesa da verdade política, esteja ela onde estiver. Solidarizo-me com V. Exª e o parabeno porque fala como autêntico Líder do meu Partido que defende os valores éticos e morais de dois homens que não poderiam ser atacados por quem os atacou.

Refiro-me ao Vice-Presidente Aureliano Chaves de Mendonça, uma das poucas reservas morais que o Partido de lá tem desculpem-me se chego a tanto — capazes de ocupar a Presidência da República. É a grande reserva moral, nosso grande adversário, líder sagaz, que é o Deputado Nelson Marchezan. Não conheço sua vida particular, mas sei que outras coisas não se pode encontrar nele a não ser a lisura e o grande esforço na defesa de suas teses. Nisto S. Ex.^a é coerente, como somos também coerentes quando defendemos nossas teses. Parabéns a V. Ex.^a

O SR. HÉLIO DUQUE — Deputado José Mendonça de Moraes, agradeço a V. Ex.^a o aparte. Quero dizer a V. Ex.^a e à Casa que é de todo necessário que, nos respeitando mutuamente, expurguemos de nossa vida pessoal, e sobretudo de nossa vida política, o sentido que, além dos fatos materiais pelos quais a cidadania está aí a pagar esse preço vil do desespero social, o autoritarismo trouxe até para dentro desta Casa, da torpeza de acusações fáceis, da língua mole, da palavra fácil, no sentido da leviandade, quando se trata de defender o grupo de que se faz parte.

O Parlamento é como um todo; neste Parlamento somos 479 Deputados e 69 Senadores, e esta é uma reunião do Congresso.

Ninguém deseja o pensamento monopolítico, típico dos regimes totalitários. Que cada um de nós tenha sua opção de preferência por A, B, C, ou D, mas que nos mantenhamos nessa posição de defesa com civilidade, e não como se vem fazendo nesta Casa: foi do grupo, é bom; não foi do grupo, não presta. Creio que todos os Srs. Parlamentares se submeteram, através de suas bases, ao julgamento do povo e tiveram a sua solidariedade, através do voto. Portanto, são todos homens dignos, honrados e decentes para cumprirem o seu mandato. Portamos sempre dessa necessária premissa até como fundamento do espírito de corpo que precisa existir dentro desta Casa. E quando nos bandeamos para os ataques grosseiros e grotescos, que beiram a infâmia e a leviandade, é o próprio Parlamento que começa a se desfigurar.

Ouçó, com satisfação, o Deputado Adail Vettorazzo

O Sr. Adail Vettorazzo — Agradeço ao nobre Deputado Hélio Duque a gentileza do aparte. Devo dizer a V. Ex.^a que também concordo com as expressões com que tem levado o seu discurso, principalmente quando diz que este Poder é engrandecido ou desprestigiado de acordo com o comportamento de cada um de nós. O prestígio ou o desprestígio de um Poder flui naturalmente consoante o comportamento desse mesmo Poder, dos elementos que o integram. Pedi o aparte a V. Ex.^a porque parece que quem iniciou a crítica, mais aguda a colegas e a ilustres figuras do mundo político nacional, hoje, foi o nobre Deputado Amaral Netto. Na realidade, sabemos que há muito tempo esse ilustre Deputado se tem contido para não fazer pronunciamentos graves nesta Casa. Nós vimos, ainda ontem — e V. Ex.^a é testemunha — a gravidade do pronunciamento do nobre Deputado e hoje Líder da bancada do PDS nesta Casa, José Lourenço. Os termos mais terríveis foram assacados contra todos os que não têm a mesma posição em relação a determinados candidatos presidenciais. S. Ex.^a não poupou ninguém; sobre todos derramou sua ira em termos violentíssimos. O discurso do nobre Deputado Amaral Netto — infelizmente não o ouvi no seu todo; cheguei exatamente quando o aparteava o nobre Deputado Rubens Ardenghi — foi apenas pálido com relação às críticas que fez ontem a todos nós o Deputado José Lourenço. Dito isso, nobre Deputado Hélio Duque, gostaria realmente que esta Casa, este Congresso refletisse sobre a importância da postura de cada um de nós. O alerta que V. Ex.^a faz nesta tarde, nós também o fazemos através deste

aparte: é preciso que tenhamos a compreensão exata da nossa responsabilidade diante da própria Nação, principalmente no momento que atravessamos.

O SR. HÉLIO DUQUE — Agradeço o aparte a V. Ex.^a Mas espero nobre Deputado Adail Vettorazzo, que todos nós, sobretudo como homens do Parlamento, sepultemos o que ocorreu ontem e hoje aqui e agora e que, nos amanhã que virão, ninguém perca a sua identidade; que cada um revele o seu pensamento, as candidaturas, os caminhos que considera os mais viáveis para retirar o País da situação dramática em que — todos nós somos concordes — estamos. Mas é preciso que o respeito prevaleça por inteiro nesta Casa. (Muito bem!)

Concluo, dizendo que nesse assento que V. Ex.^a ocupa agora sentou-se um dia Auro de Moura Andrade. No último domingo, eu lia uma pós-memória daquele que foi Senador e, por sete vezes consecutivas, Presidente do Senado Federal, reportando-se ao que foi um lamentável episódio envolvendo dois Senadores do Estado de Alagoas, quando um suplente, no exercício do seu mandato, exatamente no dia em que se despedia, o Senador José Kairala, era assestado por uma bala e morria dentro do Parlamento. E começa Auro de Moura Andrade, nessas suas memórias, publicadas no Caderno "B" do **Jornal do Brasil**, do último domingo, a dizer que, na verdade, um dos Senadores era a figura de um troglodita. E quando ele determinava a prisão do Senador Arnon de Mello, recolhido ao Quartel General do Exército, e do Senador Silvestre de Góis Monteiro, dizia que o Parlamento nunca desceu tanto, porque, na verdade, uma das figuras era um troglodita, que, ao sair da Casa, dizia: "Saio agora, mas vou voltar para matar o Arnon" — tratava-se do Senador Arnon de Mello — e "em seguida, vou matar o Auro de Moura Andrade". Isso ocorreu na primeira semana de dezembro de 1963. Este é um episódio que desfigura o Parlamento. Longe de mim imaginar que fatos semelhantes se possam repetir nesta Casa. Longe de todos nós. Não temos formação de troglodita. Não temos formação que é um misto de 25% de sertanejo-cangaceiro, 25% de siciliano, 25% de cowboy e 25% de samurai. É preciso que, aqui, esta soma dos cem nos leve a uma vocação cívica na defesa da cidadania e na defesa deste Parlamento. Que se sepultem todos os tristes episódios hoje aqui vividos, e antes de mais nada, busquemos o caminho da liberdade e da democracia a que haveremos de chegar com decência, com lisura, com civilidade e com o respeito mútuo que deve prevalecer entre nós, que constituímos uma elite, porque somos os representantes legitimados na vontade das urnas pelo povo brasileiro. E o povo brasileiro, já tão sofrido, não merece um Parlamento que se perca nos caminhos e nos descaminhos da violência, quando o que a Nação deseja é que este Parlamento se encontre no caminho da reconstrução nacional. (Palmas.)

O Sr. Paulo Mincarone — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Pela ordem tem a palavra o nobre Deputado Paulo Mincarone

O SR. PAULO MINCARONE (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, V. Ex.^a há de convir em que, inscrito, não poderia deixar, neste momento, de ocupar rapidamente o microfone da Casa para registrar nossa posição nesse episódio tão lamentável, ocorrido na tarde de hoje, na Câmara dos Deputados. Ao longo dos 20 anos de autoritarismo e de ditadura, poucos são os brasileiros que serviram a este Governo e conseguiram se salvar e não estar respingados por qualquer acusação. Um desses brasileiros é, sem dúvida alguma, o Vice-Presidente Dr. Aureliano Chaves de Mendonça. Tive oportunidade de conhecê-lo no dia 24 de maio passado,

em audiência que me concedeu para tratar de assuntos ligados à viticultura do Rio Grande do Sul. Em nome de 600 mil viticultores, fui solicitar a S. Ex.^a que mandasse o Banco do Brasil pagar a uva àqueles homens que desde dezembro não recebiam o preço da safra que haviam entregue à cantina. Fui atendido pelo Vice-Presidente da República, homem ético, homem de bem, homem correto, uma das reservas desta Nação, e que apesar de ter saído exatamente deste grupo que, há vinte anos, assalta a Nação, desfruta da maior respeitabilidade. Em todas as prévias que se fizeram, neste País, o Sr. Aureliano Chaves de Mendonça foi consagrado pela opinião pública brasileira como o homem mais popular, o que não acontece, Sr. Presidente, com este homem que ameaça céus e terras, que tem uma trajetória política lamentável, deploável, que é o Sr. Paulo Salim Maluf, o candidato à Presidência da República mais detestado por toda a Nação.

Sr. Presidente, o jornal **Folha de S. Paulo** de hoje publicou um levantamento que fez nos Estados mais importantes do País, e lá está o Rio Grande do Sul, que me honro muito de representar, com 83% dos gaúchos, dos rio-grandenses contra o Sr. Paulo Salim Maluf.

Então vejamos V. Ex.^a que quando um malufista, que representa o homem mais impopular deste País, assoma à tribuna para criticar o Dr. Aureliano Chaves, que é o nosso Vice-Presidente, o homem mais popular desta Nação não preciso dizer mais nada. O povo, sem dúvida alguma, sabe que valor tem esta gente que está ao lado do Sr. Paulo Salim Maluf e que vem agredir uma das maiores reservas que tem este País

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Com a palavra o nobre Deputado Thomaz Coelho.

O SR. THOMAZ COELHO (PMDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, desejo desta tribuna externar minhas homenagens a uma das mais excepcionais figuras da vida pública cearense, que sempre honrou, dignificou e enalteceu o nosso Estado em todos os cargos e posições exercidos no Ceará. Sua vida política foi iniciada nas lutas estudantis e seu extraordinário talento fez com que a terminasse como Governador do Estado.

Homem simples, mas de negável capacidade de trabalho e indiscutível caráter, Plácido Aderaldo Castelo foi um político de que muito nos orgulhamos e de quem ainda hoje sentimos saudades. Como Deputado estadual, foi reconduzido por repetidas vezes, desempenhando na Assembléia Legislativa Cearense as mais relevantes funções. Sempre dentro de um comportamento liberal e democrático, Plácido Castelo foi o consenso dos políticos de todos os matizes para, num momento difícil da vida política brasileira, ser o Governador dos cearenses.

No Governo, soube ser altivo e independente, ainda que em momento em que os ódios e as paixões o pressionavam para que enveredasse pelos caminhos da prepotência e da intolerância. Seu sentido de trabalho era desenvolver o Estado e engrandecer seu povo, através da decência, do esforço e da honradez.

Hoje, Sr. Presidente, faz cinco anos de seu desaparecimento, embora continue presente em nossa memória e em nosso coração. Conheci-o de perto e tive a honra de ser um de seus assessores. Dele, juntamente com meu companheiro Dário Macedo, então Chefe da Casa Civil, recebi inestimáveis e inesquecíveis ensinamentos de vida, permanentemente pautados na correção e na dignidade.

Plácido Aderaldo Castelo, Sr. Presidente, foi o professor paternal, o político honrado, o administrador competente, o amigo leal e sincero. Foi sempre um homem silencioso em seu trabalho, porém pródigo nas lições e nos exemplos. As injustiças e ingratidões não impediram que o Governador Plácido Castelo, mesmo fora do po-

der, acreditasse na vida, e ele continuou a engrandecê-la pela decência e pelo trabalho.

Era o que tinha a dizer

O Sr. Hélio Duque (PMDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, é evidente a falta de **quorum** nesta sessão do Congresso Nacional.

Apelo, portanto, a V. Ex^a, para que faça cumprir o Regimento e suspenda a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — V. Ex^a tem razão. Antes, porém, de suspender a sessão, lembro aos Srs. Parlamentares que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão conjunta a realizar-se amanhã, às nove horas, neste plenário, destinada à conti-

nuação da discussão do Projeto de Lei da Câmara Nº 17, de 1983 (Nº 3.862/80, na origem), que acrescenta parágrafos ao artigo 11 da lei nº 6 683, de 28 de agosto de 1979 — Lei de Anistia, relativamente aos servidores que não foram condenados pelo Poder Judiciário.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 40 minutos.)

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00